

MARIA I. BAGANHA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

PEDRO GÓIS

Escola Superior de Belas Artes do Porto

Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?

229

Neste artigo, apresenta-se um balanço da produção científica nacional que se debruçou especificamente sobre a emigração e a imigração portuguesas, ou seja, sobre os vários fluxos migratórios internacionais de e para Portugal no pós-II Guerra Mundial, prestando particular atenção aos trabalhos publicados nos últimos 20 anos. O texto está dividido em duas partes, a primeira sobre emigração e a segunda

sobre imigração. Em cada secção, fez-se um levantamento daquilo que se sabe e do que se não sabe sobre estes dois temas e detectaram-se as principais tendências da investigação nacional nestas áreas. Finalmente, apresentam-se temas de investigação que, no actual estágio de saber, nos parecem particularmente relevantes para aprofundar o nosso conhecimento sobre a sociedade portuguesa.

No início dos anos noventa, fontes oficiais (IAECP, 1991) estimavam¹ o número de portugueses a residir fora do país em mais de quatro milhões de indivíduos. Para esse mesmo ano, o SEF registava 113978 estrangeiros a residir legalmente em Portugal, o que, tendo em conta o número de pedidos de regularização formulados no ano seguinte², permite estimar o total de estrangeiros a residir em território nacional (legais e ilegais) em aproximadamente cento e cinquenta mil pessoas. Ou seja, em 1991, os estrangeiros em Portugal representariam 1,5 % da população nacional residente, enquanto os portugueses a residir no estrangeiro representariam mais de 40% do total de residentes no território nacional. Apesar da realidade para que estes números

1. Introdução

¹ A estimativa refere-se a Maio de 1991.

² Durante o processo de Regularização Extraordinária de 1992, pediram a regularização da sua permanência em Portugal 39166 estrangeiros (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Documento Avulso, in Baganha, 1998).

parecem apontar, é frequente depararmo-nos, quer em trabalhos de índole científica, quer nos órgãos de comunicação social, com a afirmação de que Portugal deixou de ser um país de emigração para passar a ser um país de imigração. E a verdade é que, ainda que aparentemente paradoxal, esta afirmação podia corresponder à realidade, bastando para tanto que se pudesse provar que os portugueses residentes no estrangeiro eram o resultado histórico de processos migratórios anteriores.

Contudo, os dados disponíveis apontam em sentido diverso. De facto, sob formas legais diferentes das praticadas antes da crise petrolífera dos anos setenta, ou sob formas ilegais já anteriormente praticadas, a emigração portuguesa, quer pelo seu volume³, quer pelo seu impacto social e económico⁴, continua a ser um fenómeno marcante da sociedade portuguesa (Baganha, 1993). Simultaneamente, a imigração para Portugal, não tanto pelo seu volume, mas sobretudo pela sua incidência territorial e consequências sócio-económicas, tornou-se um dos fenómenos mais visíveis da sociedade portuguesa dos anos oitenta, atraindo a sua análise um número crescente de investigadores.

Reflectindo esta crescente visibilidade, a produção científica em Portugal tem, desde meados da década de oitenta, sido essencialmente centrada sobre os processos de imigração e muito em especial sobre as suas consequências para a sociedade portuguesa. Este facto deve-se, a nosso ver, à conjugação de três factores: um acentuado decréscimo da emigração permanente entre 1974 e 1985 e um elevado número de regressos entre finais dos anos 70 e início dos anos 80, constatação que levou alguns investigadores a falar sobre o fim do ciclo emigratório para a Europa (Paiva, 1985); ao facto de as fontes estatísticas oficiais (INE) continuarem erradamente a indicar quantitativos irrisórios de saídas, dada a sua crónica incapacidade de desenvolver instrumentos de observação capazes de mensurar e descrever com acuidade e rigor os movimentos de saída e as características dos emigrantes; e, por último, à visibilidade que sucessivos grupos de estrangeiros, imigrantes e não imigrantes, têm vindo a ganhar, desde 1975, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

³ Que foi de mais de 170 mil saídas (permanentes e temporários) só entre 1986/1988 (Baganha, 1993).

⁴ As remessas representaram 10 por cento do PIB nacional na década de oitenta contra 8 por cento na de setenta (Baganha, 1993).

O objectivo deste artigo será o de fazer um balanço sobre a produção científica nacional que se debruçou especificamente sobre a emigração e a imigração portuguesa, ou seja sobre os vários fluxos migratórios internacionais de e para Portugal no pós-II Guerra Mundial, prestando particular atenção aos trabalhos publicados nos últimos 20 anos. Este trabalho não pretende ser uma revisão da literatura sobre a emigração e a imigração de e para Portugal⁵, mas sim fazer um balanço daquilo que se sabe e do que se não sabe sobre estes dois temas; detectar as principais tendências da investigação nacional nestas áreas e propor temas de investigação que, no actual estágio de saber, nos parecem particularmente relevantes para aprofundar o nosso conhecimento sobre a sociedade portuguesa.

231

No início dos anos noventa, 30 por cento do total dos Portugueses vivia e/ou trabalhava fora das fronteiras nacionais. Este valor é apenas um testemunho recente de uma história muito antiga. De facto, como afirmou Magalhães Godinho (1978) a emigração é uma constante estrutural da história portuguesa, uma constante que, para Joel Serrão (1970), terá tido início na colonização da Madeira (cerca de 1425), e que desde então foi sendo progressivamente interiorizada no modo de vida e na mentalidade dos portugueses. Numa perspectiva disciplinar diferente, poderíamos dizer, recorrendo à formulação hoje clássica de W. Petersen (1958), que os movimentos de saída para o exterior que desde o século XV se detectam na sociedade portuguesa foram progressivamente integrados nos modos de vida de vários grupos sociais nacionais, os quais desenvolveram sistemas de valores em suporte desses mesmos modos de vida⁶. O que não significa, obviamente, que a incidência do fenómeno migratório tenha sido a mesma ao longo do tempo, mas tão-somente que em

2. Emigração

⁵ O que seria para além do mais uma tarefa dificilmente exequível, uma vez que a emigração portuguesa foi analisada por investigadores oriundos de várias disciplinas, nomeadamente história, demografia, antropologia, geografia, psicologia, sociologia, estudos literários, ciências da comunicação, ciência política, economia, etc. Como ficará claro pela leitura do texto, o balanço que se apresenta centrou-se preferencialmente nas contribuições oriundas da história e da sociologia.

⁶ Estamos a referir-nos especialmente à seguinte afirmação: «um grupo social sedentário ou um grupo social em movimento, tende a permanecer sedentário ou em movimento excepto se for obrigado a mudar; porque cada padrão de vida, desde que viável, desenvolve um sistema de valores que suporta esse mesmo padrão de vida» (Petersen, 1958: 258).

algumas regiões de Portugal existirá um sistema de valores que sanciona e legitima o acto de emigrar, o qual tenderá, por essa mesma razão, a ocorrer na ausência de factores exógenos que impeçam a sua concretização. Estes factores podem, como de facto aconteceu nas décadas de 30 e 40 e novamente entre 1974 e 1985, reduzir temporariamente os fluxos de saída, mas a retracção do fenómeno migratório não significou a extinção do próprio fenómeno, mas apenas que a emigração se tornou durante ambos os períodos uma possibilidade latente que o contexto internacional não permitia concretizar. Nesta perspectiva, cuja consideração, para o caso português, nos parece de particular interesse, sem se verificarem rupturas estruturais no sistema de valores dos grupos sociais que desenvolveram lógicas legitimadoras do acto de emigrar, a emigração permanecerá uma opção que tenderá a ser concretizada logo que sejam superados os obstáculos que se lhe opõem.

Dentro desta linha de pensamento, o enraizamento e difusão das práticas sociais que suportam a emigração⁷ são anteriores ao próprio fenómeno, uma vez que até cerca de 1820 o fluxo migratório português esteve essencialmente ligado aos objectivos mercantis e imperiais da coroa portuguesa – isto é, antes da independência do Brasil (1822), abandonava-se prioritariamente o país, ao serviço da coroa ou como colono, para zonas do Império. A partir desta época, o fluxo migratório modificou-se, tornando-se um movimento internacional de trabalho, ou seja, um movimento baseado em desequilíbrios geo-económicos e dirigido para áreas fora do Império colonial português⁸. Enquanto movimento internacional de trabalho, ou emigração económica, a emigração portuguesa apresenta três ciclos bem distintos. O primeiro ciclo estendeu-se ao longo do século XIX, prolongando-se depois até aos anos 60 do nosso século. Durante este primeiro ciclo, mais de dois milhões de portugueses saíram do país em direcção às Américas e muito em especial ao Brasil. O segundo ciclo inicia-se nos anos 50 e entra em retracção

⁷ Por emigração entendemos a transferência por tempo indeterminado de um país soberano para outro país soberano de trabalhadores migrantes e seus familiares.

⁸ Embora apenas em meados do século XIX estas características se tenham tornado predominantes, a evidência histórica indica-nos terem existido movimentos anteriores com características idênticas, como é o caso da emigração portuguesa para a colónia espanhola de Santo Domingo nos séculos XV e XVI (D'Esposito, 1998), e dos fluxos migratórios que, desde os finais do século XVIII, se dirigiram para Espanha e os EUA (Baganha, 1990).

em 1974. Durante este ciclo, saiu do país sensivelmente o mesmo número de emigrantes, o que significa que a intensidade do fenómeno emigratório durante este período foi muito maior do que a verificada no período anterior. Os emigrantes deste ciclo dirigiram-se predominantemente para países europeus, nomeadamente para a França e para a Alemanha. O terceiro e último ciclo arrancou por volta de 1985 e encontra-se ainda em curso. Os emigrantes deste último ciclo (re)tomaram como destino preferencial a Europa, nomeadamente países como a Suíça e a Alemanha⁹.

Como acaba de ser referido, a emigração portuguesa intercontinental diminuiu consideravelmente a partir dos anos 60, embora, como forma residual, ainda hoje subsista, contudo, dados os objectivos do presente artigo e o comparativamente menor impacto que desde esta data os fluxos transatlânticos têm nas dinâmicas migratórias nacionais, só incidentalmente serão tecidas considerações sobre estes fluxos, centrando-se o remanescente desta secção na emigração portuguesa para a Europa.

Entre 1953 e 1973, foram emitidos, pelos então seis países da CEE, oito milhões de primeiras autorizações de trabalho a imigrantes estrangeiros, numeros que evidenciam a transferência maciça de mão-de-obra do Sul periférico para o Norte industrializado que se verificou durante a fase de crescimento sustentado do pós-guerra. De facto, durante o período que J. Fourastié denominou «os trinta gloriosos anos», a Europa industrializada levou a cabo uma política sistemática de recrutamento de trabalhadores no seu exterior, que incentivou a vinda de vários milhões de migrantes não comunitários e de seus familiares. A fixação destes imigrantes foi facilitada pelas necessidades de mão-de-obra existentes, pelas

2.1. Movimentos intra-europeus de trabalho: o caso português, 1950-1974

2.1.1. O contexto europeu¹⁰

⁹ Preferimos falar de um novo ciclo intra-europeu por entendermos que quer os países de destino, quer as condicionantes institucionais em que os movimentos migratórios decorrem desde meados dos anos oitenta, conferem aos fluxos migratórios que se observam neste período uma especificidade significativa que os distingue dos fluxos migratórios anteriormente verificados.

¹⁰ Existe sobre este tema uma extensa literatura. A síntese que se apresenta foi particularmente influenciada pelos seguintes trabalhos: Piore (1976); Kritz *et al.* (1983); Bohning (1984); Bruneau (1984); Seccombe e Lawless (1985); Werner (1986); Salt (1987). Retomam-se também alguns passos de textos anteriores de um dos autores (Baganha, 1994, 1998). Para uma síntese mais recente veja-se, por exemplo, Castles e Miller (1993).

possibilidades de mobilidade económica e social que daí advinham para os nacionais, bem como, e sobretudo, pela convicção generalizada de que esta situação era temporária e poderia ser facilmente invertida, uma vez resolvidos os desequilíbrios conjunturais do mercado de trabalho ou logo que os imigrantes, amealhadas as poupanças necessárias ou confrontados com situações de desemprego, retornassem aos seus países de origem¹¹. Durante esta evolução, o mercado de trabalho segmentou-se, sendo a procura no mercado secundário progressivamente satisfeita por mão-de-obra estrangeira (Piore, 1979).

A crise petrolífera de 1973-74, a recessão económica que se seguiu, bem como as políticas restritivas de imigração que então foram implementadas, marcam o início de uma nova fase nos processos migratórios europeus. De facto, até àquela data, as políticas de imigração dos principais países europeus podiam caracterizar-se essencialmente como políticas de «porta aberta», ou de recrutamento activo de trabalhadores estrangeiros, enquanto após 1974 assistimos progressivamente à efectivação de políticas migratórias restritivas, que apresentam como principal objectivo impedir a entrada de imigrantes económicos nos espaços nacionais respectivos.

Nos anos 80, em plena recessão económica, a Europa industrializada descobriu a falácia do «mito de retorno» que ela própria construira e descobriu, simultaneamente, que no seu interior se haviam formado comunidades imigrantes altamente concentradas que apresentavam claros sintomas de exclusão sócio-cultural, sintomas que eram agravados do ponto de vista económico por condições de trabalho, habitação e remuneração francamente abaixo das respectivas médias nacionais.

Do ponto de vista político, o colapso da Europa de Leste e o processo de reunificação alemã neutralizaram as decisões que já então apareciam como inadiáveis. No campo económico, a transferência das indústrias de trabalho intensivo da Europa Ocidental para o Sudoeste Asiático, a sua parcial substituição por indústrias de capital intensivo, mas sobretudo uma acentuada terciarização da economia, provocaram um agravamento progressivo da situação sócio-económica

¹¹ A partir de finais dos anos 50 e principalmente desde a construção do Muro de Berlim em 1961, as regiões de abastecimento de mão-de-obra foram sucessivamente alargadas, à Europa do Sul, à Turquia, ao Norte de África e, de uma forma geral, a todas as regiões com as quais, no passado, a Europa industrializada mantivera relações coloniais.

das comunidades imigrantes, mal preparadas para as transformações em curso, acelerando em alguns casos os processos de exclusão social que se vinham formando e promovendo a imagem de que a Europa não necessitava de mais imigrantes, imagem que hoje se tornou dominante, quer na literatura científica, quer no discurso político.

Em sintonia com esta imagem dominante, os países europeus têm vindo, desde meados dos anos 70, a implementar políticas migratórias visando simultaneamente promover a integração das comunidades imigrantes anteriormente formadas e a desincentivar a vinda de trabalhadores imigrantes. Por outras palavras, permite-se a reunificação familiar e proíbe-se a emigração económica¹².

Estima-se que, entre 1950 e 1974, tenham saído de Portugal um milhão oitocentos e quinze mil emigrantes. No Quadro 1, sintetizamos a evolução da emigração portuguesa por

2.1.2. A inserção da emigração portuguesa na corrente intra-europeia

Quadro 1. Emigração portuguesa para países seleccionados, 1950-1988

Ano	Brasil	EUA	Canadá	Total Transatlântico	França	Alemanha	Outros Europa	Total Europa	Total Europa	Europa (%)
1950-1954	145867	5569	-	180636	2824	11	995	3830	184466	2,1%
1955-1959	91460	10624	11350	145899	18929	19	644	19592	165491	11,8%
1960-1964	58289	15997	18463	120040	115235	8613	3639	127487	247527	51,5%
1965-1969	14978	50677	31942	133804	352830	51358	12102	416290	550094	75,7%
1970-1974	5646	43839	39410	112656	416848	123930	14380	555158	667814	83,1%
1975-1979	3485	39574	19398	82731	68013	27834	4360	100207	182938	54,8%
1980-1984	963	16271	7601	51188	42600	11900	1668	56168	107356	52,3%
1985-1988	276	10242	10818	27557	6800	11400	745	18945	46502	44,6%
Total	320964	192793	138982	854511	1024079	235065	38533	1297677	2152188	60,3%

Fonte: adaptado de Baganha, 1994

¹² Na fase actual, só as políticas de reunificação familiar são abertamente subscritas pelos países europeus. Sobre este tema, ver, por exemplo, Kubat (1993); Baldwin-Eduards e Schain (1994: 975).

destinos e por períodos quinquenais entre 1950 e 1988. Este quadro pode ser resumido da seguinte forma: a emigração portuguesa aumentou progressiva e substancialmente entre 1950, ano em que as partidas registadas foram 22 mil, e 1970, ano em que as partidas foram 183 mil. A partir de 1971, entrou em retração, situação de que não recuperará senão na segunda metade dos anos 80. Depois da II Grande Guerra, o pico mais alto da emigração portuguesa ocorreu entre 1965 e 1974, década em que a média anual de partidas foi de 122 mil emigrantes¹³.

Como pode deduzir-se da análise dos dados do Quadro 1, a sangria humana que a emigração operou no tecido demográfico nacional foi particularmente intensa a partir do momento em que Portugal se inseriu na corrente intra-europeia. De facto, só entre 1965 e 1974, saíram do país um milhão duzentos e dezoito mil emigrantes, dos quais setecentos e setenta mil (63% do total das saídas) se dirigiram a França e cento e setenta e cinco mil (14% do total das saídas) se dirigiram à Alemanha¹⁴ (Baganha, 1994, 1998).

O emigrante típico deste período, tal como o emigrante do ciclo transatlântico, era oriundo de regiões essencialmente rurais. Contudo, ao longo do ciclo intra-europeu detecta-se um número crescente de partidas de regiões de maior concentração urbana e industrial. Esta evolução temporal pode ser substanciada se atendermos à importância crescente da região litoral de Lisboa como pólo emissor e confirma-se igualmente pelo facto de, dos emigrantes legais economicamente activos que saíram do país entre 1955 e 1988, 26% entre 1955-59, 38% nos anos 60 e 50% nos anos 70 serem oriundos do sector secundário.

É particularmente arriscado tirar conclusões a partir da evolução do fluxo migratório quanto ao sexo, idade e/ou estado civil (ver nota 14); parece, contudo, razoável aceitar que o fluxo migratório para a Europa, após uma primeira

¹³ Existem hoje várias sínteses específicas sobre este período. De entre as mais recentes destacáramos: Stahl *et al.* (1982); Arroiteia (1983); Baganha (1993 e 1998); Rocha-Trindade (org.) (1995); Baganha *et al.* (1998).

¹⁴ Entre 1950 e 1988, cerca de 777 mil chegadas a França e à Alemanha não foram contabilizadas nas estatísticas portuguesas. Mais especificamente, uma comparação entre as estatísticas portuguesas e francesas indica que as estatísticas portuguesas subestimaram as saídas em 48% para o período 1960-69 e em 81% no período de 1970-79. Para a Alemanha, o fluxo migratório português estava subestimado em 27% em 1962-69 e em 42% em 1970-79. Estudos anteriores (Antunes, 1981; Stahl *et al.*, 1982) consideraram apenas a emigração ilegal/clandestina para França daí que os seus totais sejam diferentes dos aqui apresentados (cf. Baganha, 1994, 1998).

vaga, na década de 50 e meados de 60, dominada por partidas isoladas de homens em idade activa, foi marcado por uma segunda vaga que teve início nos finais dos anos 60 e se prolongou durante toda a década de 70, durante a qual se verificou um número significativo de reuniões familiares, como é sugerido pelo crescente número de crianças com idade inferior a 15 anos e de mulheres casadas que partiram na década de 70.

Em suma, a emigração portuguesa para a Europa, foi iniciada de acordo com o padrão tradicional da emigração transatlântica, em que a componente masculina em idade activa dominou sempre a composição do fluxo. No entanto, a partir de finais dos anos 60, a reunificação familiar tornou-se um traço característico da emigração portuguesa, facilitada pela proximidade das sociedades de acolhimento e pelos novos meios de transporte e favorecida pelas oportunidades de trabalho para as mulheres nas áreas de acolhimento (Brettell, 1978, 1986).

Como foi referido, no início dos anos 70 os principais países de destino da emigração portuguesa durante este período suspendem unilateralmente as entradas de trabalhadores migrantes, e em seguida criam incentivos diversos ao retorno ao país de origem (Poinard, 1983; Stahl *et al.*, 1982).

Para a maioria dos emigrantes regressados, a emigração foi uma história de sucesso. Uma casa, mais dinheiro no banco, um carro, um pequeno negócio ou um restaurante, a possibilidade de a mulher se tornar dona-de-casa, o regresso à região de origem, e um variável, mas frequentemente considerável, volume de poupanças, são uma garantia de uma mobilidade acima da média. Para a economia do país, o nível dos seus contributos é discutível. A larga maioria dos regressados ou são analfabetos (12%) ou não possuem qualquer grau de escolaridade (24%) ou concluíram apenas o ensino básico (56%). A aquisição de uma nova especialização no exterior, mesmo que raramente tenha ocorrido, não é facilmente transferível, nem os emigrantes estão interessados em manter o mesmo tipo de trabalho que possuíam no estrangeiro. É importante realçar que unicamente 59% dos regressados optaram pela vida activa, e que a maioria destes trabalham na agricultura ou no pequeno comércio por conta própria.

Se é inegável que os emigrantes regressados deram um contributo crucial para o desenvolvimento regional do país,

nomeadamente no que toca à rede bancária, às condições de habitação e ao pequeno comércio que dinamizaram, nem sempre esses contributos foram avaliados de forma positiva, como demonstram os trabalhos de Carolina Leite (1989, 1990), e também nem sempre terão sido bem aceites pelos que ficaram, como pode deduzir-se da leitura do trabalho de Albertino Gonçalves (1996) sobre este tema.

Algumas considerações breves sobre a evolução das entradas de emigrantes portugueses em França, corrente migratória que marca e tipifica a emigração portuguesa deste período, permitir-nos-ão substanciar um pouco mais a evolução do processo migratório bem como exemplificar as várias fases deste primeiro ciclo intra-europeu.

Em 1961, as entradas de portugueses em França não ultrapassavam ainda a dezena de milhar¹⁵, representando apenas 10,5% do total de entradas de imigrantes registado. Desde esse ano até 1970, as entradas de portugueses em França sobem exponencialmente, atingindo 136 mil em 1970 e 111 mil entradas no ano seguinte, valores que corresponderam a 53% e a 51%, respectivamente, do total de entradas de imigrantes registado pelas fontes francesas para esses dois anos (Antunes, 1973: 73 e 109). O ano de 1970 registou o maior volume de entradas de emigrantes portugueses em França, pelo que podemos considerar este ano como o ponto de viragem entre a fase de expansão (1950-1970) e a fase de retracção (1971-1985). Apesar de o volume da emigração portuguesa para França começar a diminuir a partir de 1971, só depois das crises petrolíferas de 1973-74 é que se observam reduções substanciais e continuadas no total das entradas de portugueses (Baganha, 1994, 1998).

A constatação da diminuição do fluxo migratório para França a partir do início dos anos 70 não seria particularmente relevante se não tivesse ocorrido em simultâneo com uma alteração da composição do fluxo, que passa a ser predominantemente composto, já não por trabalhadores imigrantes, mas pelos seus familiares, combinando-se com um assinalável número de regressos. Mesmo assim, entre 1972 e 1977, apesar de dar sinais de contracção, a componente trabalho continuou a ser significativa. Já entre 1978 a 1985 o fluxo foi sempre dominado pela componente familiar. Contudo, no triénio 1987-89, a componente trabalho voltou nova-

¹⁵ De acordo com fontes oficiais francesas, entraram em França 10 492 portugueses durante o ano de 1961 (Antunes, 1973).

mente a dominar, representando 74% dos imigrantes registados nas fontes francesas¹⁶.

No que se refere ao retorno, Michel Poinard (1983) estimou os regressos definitivos entre 1960 e 1980 em 25 a 30 mil por ano, média anual que na década seguinte terá descido para 24 mil. O período de maior retorno parece ter ocorrido na primeira metade dos anos oitenta. De facto, a equipa coordenada por Manuela Silva (Silva *et al.*, 1984: 59) estimou em 209 mil os regressos entre 1980-1985, ou seja uma média anual de 42 mil regressos, média anual muito superior aos 25 a 30 mil que se estima tenham regressado durante a década anterior¹⁷. A ocorrência em simultâneo destes três factores indica estamos perante o fim de um ciclo migratório em que o término do projecto migratório implicou para uma parte dos emigrantes a fixação da unidade familiar no país de acolhimento e, para uma outra parte dos emigrantes, o retorno ao país de origem.

Dado que o número de imigrantes portugueses a residir legalmente em França era de 759 mil em 1975, de 767 mil em 1982 e de 650 mil em 1990 (Sopemi, 1993:193), o fim do projecto migratório parece ter significado, no caso dos emigrantes portugueses para França, a fixação definitiva no país de acolhimento da esmagadora maioria dos que partiram.

O estudo mais recente que conhecemos sobre as características sócio-económicas e sobre a integração na sociedade francesa dos imigrantes portugueses é a obra *Faire la France* de M. Tribalat (1992). Desta obra retirámos os seguintes indicadores sobre o tema:

Quadro 2. Origem do cônjuge de imigrantes portugueses e dos jovens de origem portuguesa (%)

	Origem do Cônjuge Nacionalidade francesa	Imigrante	Nascido(a) em França de pais imigrantes
Homens			
Entrada com idade superior a 15 anos	15	82	3
Entrada com idade inferior a 16 anos	42	46	14
Nascidos em França de pais imigrantes (nacionalidade portuguesa)	59	13	28

¹⁶ A componente trabalho representou, no triénio de 1969-1971, 65% das entradas, desceu para 45% no triénio seguinte e para 20% entre 1975-1977 (dados da ONI citados in Stahl *et al.*, 1982:52). Para períodos posteriores a 1980, dados in Sopemi, 1985, 1988 e 1990.

¹⁷ Sobre o tema do regresso ver: Stahl *et al.* (1982); Silva *et al.* (1984); Ferreira *et al.* (1984); Baganha *et al.* (1998).

continuação do quadro 2.

Mulheres			
Entrada com idade superior a 15 anos	6	93	1
Entrada com idade inferior a 16 anos	31	61	8
Nascidas em França de pais imigrantes (nacionalidade portuguesa)	47	36	17

Fonte: Tribalat, 1995: 69

Segundo os dados do Quadro 2, verifica-se uma nítida tendência para a diminuição da taxa de endogamia do grupo, consoante a idade em que ocorre a socialização do sujeito em França. Isto parece indicar que a integração dos imigrantes portugueses e dos seus descendentes em França se estará a verificar de acordo com as hipóteses sobre a evolução do processo de adaptação dos imigrantes à sociedade de acolhimento propostas pelas teorias assimilacionistas, desenvolvidas pela «Escola de Chicago» e que se tornaram dominantes nos estudos das migrações até aos anos 80 sob o impacto da publicação em 1964 da obra *Assimilation in American Life* de Milton Gordon. Ou seja, a manutenção da tendência para o casamento fora do grupo imigrante asseguraria a progressiva miscigenação da população imigrante ou da população oriunda da imigração com a população nativa o que, em tempo, acabaria por tornar indistintos os vários sub-conjuntos.

Quadro 3 . Categoria sócio-profissional de imigrantes do sexo masculino segundo a idade e data de entrada e dos indivíduos de sexo masculino de origem portuguesa nascidos em França

	Portugal		
	Entrada com idade superior a 15 anos, antes de 1975	Entrada com idade inferior a 16 anos,	Nascidos em França antes de 1975
Agricultores	0	0	0
Trabalhadores agrícolas	2	3	1
Outros operários	80	63	67
Técnicos, Encarregados	6	14	5
Trabalhadores por conta de outrem	1	4	12
Empregados do sector dos serviços	2	1	3
Artesãos, Comerciantes, Directores	6	10	3
Profissões médias e superiores	3	5	10
Total	100	100	101

Fonte: Tribalat, 1995: 160

Quanto à categoria sócio-profissional dos emigrantes do sexo masculino, a data de entrada e a idade em que essa mesma entrada se verificou não parecem alterar substancialmente a estrutura da distribuição, embora seja esse o factor mais relevante qualquer que seja o subgrupo considerado. No entanto, o subgrupo dos indivíduos nascidos em França parece demonstrar uma ligeira mobilidade comparativamente ao primeiro grupo, expressa na elevada percentagem de «técnicos e encarregados» do segundo grupo¹⁸. Em relação aos nascidos em território francês, observa-se igualmente uma distribuição da estrutura sócio-profissional que, comparativamente ao primeiro grupo, apresenta uma maior terciarização das suas ocupações e maior peso relativo (10%) de profissões médias e superiores apresentando, no conjunto da distribuição, um padrão ainda mais nítido de mobilidade sócio-económica.

Um movimento social desta envergadura, quer pela sua relevância numérica, quer pelo seu impacto económico, quer ainda pelas transformações sócio-culturais que promoveu, despertou, desde os anos 60, a atenção de um número crescente de investigadores. De facto, recorde-se que no espaço de dez anos (1965-1974) mais de um décimo da população portuguesa emigrou. Numa óptica meramente económica, recorde-se também que o contravalor em remessas que a venda no exterior da força de trabalho nacional representou durante todo este período confere à emigração portuguesa o estatuto do bem mais precioso que o país produziu para exportação (Baganha, 1994). Finalmente, numa perspectiva sócio-cultural, e como notou com argúcia o jornalista Nuno Rocha num trabalho pioneiro sobre a emigração portuguesa para França elaborado entre 1963 e 1965:

2.1.3. Principais tendências da investigação portuguesa até aos anos 80

¹⁸ Os imigrantes portugueses, como acontecera anteriormente aos imigrantes italianos e seguidamente aos espanhóis, foram desempenhar actividades em sectores tradicionalmente pouco exigentes quanto à qualificação profissional, como a construção civil e obras públicas, serviços domésticos, serviços de limpezas e/ou a agricultura (Stahl, *et al.*, 1982; Kritz *et al.*, 1983; Bohning, 1984; Branco, 1986). Uma análise da estrutura do mercado de trabalho por nacionalidade dos trabalhadores (franceses e imigrantes) indica ter existido segmentação no mercado de trabalho francês, uma vez que determinadas ocupações eram específica e sistematicamente preenchidas por mão-de-obra imigrante, designadamente na construção civil e obras públicas.

No início dos anos 80 a percentagem de trabalhadores portugueses não qualificados era de 45% do total, i.e., semelhante à de outros grupos de imigrantes. Para a população francesa, no entanto, a percentagem de trabalhadores não qualificados não ultrapassava 29% do total (Branco, 1986: 70-71).

Os primeiros emigrantes, os pioneiros, já regressaram, já cultivam de novo as suas terras. [...] Em Castro Laboreiro há agora mais «casas do francês». [...] os emigrantes agora compram vitaminas para os filhos e as mulheres já adquirem água de colónia. O médico vê mais doentes. [...] É que o povo está mais evoluído, cultivou-se com o contacto no estrangeiro, acontece ao médico ao primeiro sintoma de doença. Assim as gerações vindouras vão ser mais saudáveis. [...] Há cinemas, há lojas fartas, os homens vestem boas roupas e as mulheres cozinham em frente de modernos fogões... (Rocha, 1965: 162, 163)

Um dos temas que desde cedo atraiu a tenção dos investigadores portugueses foi a mensuração dos fluxos de saída e sua composição. De facto, um número significativo de trabalhos debruçou-se sobre o volume e composição do fluxo migratório português dos anos 50, 60 e 70. Os seus autores estavam particularmente interessados em tentar corrigir e superar as lacunas existentes nos registos oficiais portugueses sobre emigração. Procurou-se, nomeadamente, obter informação sobre o fluxo clandestino, quer recorrendo a fontes dos países receptores, quer estimando indirectamente a sua relevância a partir das estatísticas demográficas nacionais. O trabalho de João Ferreira de Almeida publicado em 1964 na revista *Análise Social* foi pioneiro nesta matéria. Outros se lhe seguiram com o mesmo objectivo, nomeadamente Antunes, 1970, 1973 e 1981, e Stahl *et al.*, 1982¹⁹.

As determinantes da emigração portuguesa mereceram também a atenção de vários sociólogos e historiadores, os quais salientaram como principal causa do fluxo migratório das décadas de 60 e 70 a dualidade da sociedade portuguesa e as flutuações da estrutura económica nacional (Nunes, 1964; Almeida e Barreto, 1976; Serrão, 1977; Godinho, 1978). Os economistas preferiam realçar outros factores, nomeadamente a diferença de salários entre Portugal e os países receptores (Murteira, 1965; Pintado, 1967; Murteira e Branquinho, 1969; Ferreira, 1976). Num ponto existe consenso interdisciplinar: durante os anos 60, alterações da estrutura produtiva originaram elevadas taxas de desemprego que, conjuntamente com o subemprego crónico na agricultura e sector artesanal, predispuseram um crescente

¹⁹ Algumas projecções sobre a futura evolução do fluxo migratório publicadas depois de 1984 (por exemplo, Straubhaar, 1984; Barosa e Pereira, 1989) ajudam a complementar a informação disponível sobre volumes de saída.

número de portugueses a ver a emigração como uma alternativa à permanência no país (Pereira e Barosa, 1989: 8).

Os trabalhos que acabamos de referir sobre as determinantes da emigração portuguesa podem ser filiados na tradição analítica que desde a criação dos estudos das migrações tem dominado a produção científica nesta área. Referimo-nos ao modelo explicativo, que privilegia a abordagem das determinantes do fenómeno migratório através da avaliação dos factores de repulsão na sociedade de origem e/ou dos factores de atracção na sociedade de destino. A ligação da pesquisa realizada a este modelo analítico, que é tecnicamente referido como modelo de «push-pull», permite salientar que, desde os anos 60, se nota uma nítida clivagem disciplinar na produção científica nacional, entre, por um lado, os historiadores e sociólogos, que tenderam a valorar essencialmente como determinantes da emigração os factores de repulsão e, por outro, os economistas, que tenderam a privilegiar nas suas análises explicativas os factores de atracção.

A tradicional ligação das ciências sociais à escola francesa levou à opção de uma parte considerável de académicos portugueses por este país, para prosseguimento de estudos ou por razões de ordem política. Esta permanência e a possibilidade, então inexistente em Portugal, de uma formação académica em Sociologia permitirão o aparecimento de vários trabalhos que irão dar voz directamente aos principais actores deste processo, os emigrantes. Em 1973, M. Beatriz Rocha-Trindade publica *Immigrés Portugais*, trabalho, entre nós, pioneiro sobre os processos de adaptação dos imigrantes portugueses em França. Poucos anos depois, em 1978, uma antropóloga canadiana, Caroline Brettell, publica *Já chorei muitas lágrimas, uma história de vida de uma mulher portuguesa imigrada em França*. Esta linha de pesquisa sobre os processos de adaptação e sobre a evolução dos projectos migratórios no país de destino será continuada, quer por estas investigadoras, quer por outros antropólogos e sociólogos que nos anos oitenta publicaram sobre estes temas (veja-se, por exemplo, Cordeiro e Soares, 1987; Leandro, 1987; Valagão, 1989).

Contudo, quer se trate de analisar as práticas alimentares, as associações de solidariedade e de lazer (e, por via destas, as formas de expressão de identidade dos imigrantes portugueses) ou a família imigrante «portuguesa», os investigadores portugueses evidenciam nos seus trabalhos um especial pendor para dar maior relevo à manutenção de vín-

culos a valores e práticas sociais transplantados, no seu entender, da sociedade ou da comunidade de origem, do que à evolução temporal dos processos adaptativos à sociedade de acolhimento ou aos diferentes processos adaptativos evidenciados por grupos específicos de imigrantes portugueses ou suscitados por contextos sócio-económicos diversos²⁰.

A produção científica dos anos oitenta sobre a emigração portuguesa foi ainda marcada por outras duas linhas de pesquisa, centradas no impacto da emigração na sociedade ou comunidade de origem e na análise das características dos emigrantes regressados e do seu impacto na sociedade portuguesa. Do ponto de vista do impacto no *ethos* cultural e nas estratégias adaptativas e formas de reprodução social nas comunidades de origem, foram vários os trabalhos publicados neste período (ver, por exemplo, os trabalhos sobre esta temática na colectânea de estudos organizada por Maria Beatriz Rocha-Trindade, publicada em 1981 pela *Revista de História Económica e Social. Cadernos 1-2: Estudos sobre a Emigração Portuguesa*). Contudo, a obra de referência publicada neste período sobre esta temática foi, a nosso ver, *Homens que partem, mulheres que ficam* da antropóloga Caroline Brettell²¹, quer pelo profundo domínio das metodologias de pesquisa no terreno e pelo recurso a fontes documentais até aí relativamente pouco usadas por sociólogos ou antropólogos, quer pela influência que veio a ter entre os investigadores portugueses. O impacto da emigração na economia nacional foi abordado, por exemplo, por Rocha, 1982; Cheney, 1986; Leeds, 1983; Baganha, 1993; Pereira e Barosa, 1988; Pereira, 1989. A um nível macro-económico, o último balanço elaborado nos anos oitenta sobre o impacto da emigração na economia portuguesa concluía do seguinte modo: «os resultados sugerem que a emigração teve efeitos positivos no bem-estar das pessoas, o que significa que os efeitos positivos das remessas se sobrepuseram aos efeitos negativos produzidos pela diminuição da população. De qualquer modo, o crescimento anual do produto nacional abrandou em cerca de meio ponto percentual.» (Pereira, 1989).

O regresso e a reintegração dos emigrantes na sociedade portuguesa foi talvez o tópico que maior atenção recebeu

²⁰ No que demonstraram, aliás, um notável alheamento dos modelos conceptuais da escola sociológica de Chicago que, entre os anos 60 e 80, dominaram inquestionavelmente a produção científica sobre esta temática.

²¹ A primeira versão deste trabalho foi publicada em língua inglesa em 1986.

durante este período, uma vez que, sob a égide da Fundação Volkswagenwerk foram publicados em 1984 os resultados de dois vastos projectos sobre este tema. O primeiro destes projectos foi elaborado por uma equipa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) coordenada por Manuela Silva. Este projecto centrou os seus esforços na mensuração do volume dos regressos entre 1960 e 1970, na elaboração de estimativas para a década de oitenta e na descrição das características sócio-económicas dos migrantes regressados, bem como nas suas trajectórias ocupacionais, antes, durante e depois da experiência emigratória. O segundo projecto foi realizado por uma equipa do Centro de Estudos da Dependência (CED) coordenada por Eduardo Sousa Ferreira. Este projecto centrou a sua atenção na avaliação e enumeração das políticas de desenvolvimento regional que maximizariam os benefícios económicos do regresso para as regiões em que os emigrantes regressados se inseririam.

No ano seguinte à publicação dos resultados destes dois projectos, um novo projecto que pode, ainda que só parcialmente, ser ligado à temática do regresso é lançado. Este projecto visou avaliar o percurso escolar em Portugal dos filhos dos emigrantes ou ex-emigrantes. Este projecto da Universidade Aberta, financiado pelo IAEC e pelo Ministério da Educação, foi coordenado por Maria Beatriz Rocha-Trindade e os seus resultados foram publicados em 1988. Tendo por base informação recolhida junto de uma amostra nacional de estudantes do ensino público diurno entre os 12 e os 18 anos, a equipa descreveu as experiências escolares dos estudantes e as suas principais dificuldades, bem como as trajectórias migratórias dos seus progenitores.

Comparativamente com os trabalhos sobre as determinantes da emigração ou sobre o regresso à sociedade de origem, o impacto das políticas económicas e de emigração do Estado Novo na evolução da composição do fluxo e na direcção das correntes migratórias mereceu atenção muito menor. Mesmo assim, alguns trabalhos abordaram estes temas (por exemplo: Cassola Ribeiro, 1986; Almeida e Barreto, 1976; Ferreira, 1984; Leeds, 1983). São ainda deste período várias colectâneas de estudos ou números especiais de revistas que resultaram de congressos ou colóquios, como, por exemplo; *Análise Social*, XIX (77, 78, 79), 1983; *Actas do Colóquio A formação de Portugal Contemporâneo: 1900-1980* e *Análise Social XXI* (87, 88, 89), 1985; *Actas do Colóquio Mudanças Sociais no Portugal de Hoje*. A consulta destes volumes

**2.2. A
emigração
portuguesa
dos anos
80 e 90**

246

exemplifica a crescente variedade de temas que foram sendo progressivamente tratados pelos investigadores portugueses interessados na emigração portuguesa.

A partir da publicação dos resultados do Censo de 1991, tornou-se claro que a emigração portuguesa tornara a disparar. Reconhecendo este facto, o INE vem ensaiando, desde 1992, novas metodologias de mensuração do fenómeno emigratório. Apesar de reconhecermos a dificuldade do empreendimento, o facto é que, desde 1992 até hoje, o INE não foi capaz de afinar os instrumentos de observação utilizados, pelo que a mensuração feita continua a ser uma ténue e errónea imagem da realidade. Ao mesmo tempo, o fenómeno continua e, pelos vistos, continuará a ser drasticamente subestimado nas estatísticas oficiais.

Em trabalhos anteriores, um dos autores deste artigo defendeu que a emigração portuguesa é, desde o século passado, essencialmente um fluxo internacional de trabalho (querendo significar que entende que a sua direcção foi essencialmente determinada ao longo do tempo pela oferta de trabalho existente no mercado internacional de trabalho do macro-sistema geo-político em que Portugal estava inserido), mas defendeu também que, embora de raiz económica, a evolução do fluxo migratório dependeu, não tanto da avaliação individual que os «potenciais» emigrantes foram fazendo sobre os ganhos que a venda da sua força de trabalho no exterior poderia produzir, mas sobretudo do sancionamento político dos países envolvidos, isto é Portugal e os diversos países receptores, bem como da força e do grau de estruturação das redes migratórias activas em ambos os extremos da trajectória (Baganha, 1990, 1993, 1994, 1998a). Esta conceptualização levou a autora a avaliar, em 1991 (Baganha, 1991) e, novamente, em 1992 (Baganha, 1993), a retracção do fenómeno emigratório verificada entre 1974 e 1985 como um compasso de tempo necessário à formação de novas redes suficientemente estruturadas para escoar o potencial migratório existente para novos destinos. Consequentemente, a retracção verificada seria de atribuir, no essencial, à inexistência de redes migratórias para destinos alternativos após as restrições à entrada de emigrantes económicos portugueses unilateralmente impostas pela França e pela Alemanha. Tentou-se também, nesses trabalhos, fazer uma primeira correcção à avaliação dos fluxos de saída dos anos oitenta e dos inícios dos

anos noventa. O que então se afirmou, com base nos escasos dados então disponíveis, veio a ser posteriormente confirmado pelos trabalhos de João Peixoto (1993) e, muito especialmente, pelo trabalho monográfico de José Carlos Marques (1997) sobre a emigração portuguesa para a Suíça

Apesar de os dados apresentados nestes trabalhos não deixarem dúvidas sobre o relançamento dos fluxos migratórios de Portugal para diversos países europeus²², a verdade é que o seu próprio carácter exploratório é a melhor prova do pouco que ainda sabemos sobre o volume, tipos de fluxos e características dos migrantes envolvidos. Sobre as dinâmicas económicas do processo, sabemos um pouco mais devido aos trabalhos que sobre este tema foram desenvolvidos no projecto MIGRINF²³ e que permitiram demonstrar a interligação entre os movimentos de saída e de entrada que se verificam actualmente em Portugal. Uma síntese dos primeiros resultados deste projecto foi publicada em 1998, nela se defendendo que a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia, em 1986, provocou uma alteração profunda no sector da construção civil, a qual causou um enorme impacto, quer nos fluxos de saída de trabalhadores para o estrangeiro, quer na vinda de trabalhadores imigrantes para Portugal. Primeiro, porque permitiu às empresas portuguesas subcontratar a sua força de trabalho no espaço da Comunidade Europeia (CE) em concorrência com as suas congéneres, uma oportunidade que as empresas portuguesas aproveitaram adaptando as suas estratégias laborais à nova situação. Assim, particularmente depois da queda do Muro de Berlim e consequente reunificação alemã, vários milhares de trabalhadores portugueses partiram para a Alemanha para trabalhar no sector em causa, reduzindo a mão-de-obra disponível no país. Em segundo lugar, simultaneamente com o crescimento da procura no exterior de mão de obra para a construção civil, a integração de Portugal na CE canalizou para o país um volume substancial de fundos estruturais, do qual uma parte muito considerável tem sido aplicada em infra-estruturas

²² Note-se, por exemplo, que o número de imigrantes portugueses permanentes na Suíça evoluiu de 10 700 em 1980, para 39 900 em 1985, 85 600 em 1990, e 134 800 em 1995. A média anual de entradas sazonais foi, na década de 80, de 33 000 indivíduos (Marques, 1997).

²³ MIGRINF, Migrants' Insertion in the Informal Economy, Deviant Behaviour, and the Impact on Receiving Societies. Projecto coordenado por Emilio Reyneri. TSER-Program, CE/DG XII-ERBSOE2.CT95-3005. O projecto sobre Portugal foi realizado por uma equipa do CES a que ambos os autores pertenceram.

viárias e de comunicação, bem como na construção de edifícios públicos, aumentando temporariamente as necessidades nacionais de mão de obra neste sector.

A combinação desta duas situações abriu numerosas oportunidades às empresas portuguesas a laborar neste sector, algumas das quais, para aproveitar cabalmente o *boom* que entretanto se verificava tanto no país como em outros países da Comunidade recorreram, em Portugal, indiferenciadamente, a contratações no mercado informal de trabalhadores nacionais de ascendência africana ou de imigrantes, quer directamente quer através de firmas de subcontratação laborando no mercado informal, e enviando para as empreitadas nos países da Comunidade a mão-de-obra dos seus próprios quadros ou mão-de-obra formalmente contratada para o efeito (Baganha, 1998).

O mais recente trabalho sobre os fluxos de saída (emigração e destacamento), de que temos conhecimento, sintetizou a evolução da emigração portuguesa a partir dos anos oitenta da seguinte forma:

Tendo em conta os dados dos países de destino, e embora o contingente de emigrantes estimado seja substancialmente inferior ao verificado nas décadas anteriores, a década de oitenta corresponde a um novo impulso no fenómeno emigratório português. Esta nova fase terá, no entanto, características diferentes das constatadas no passado, nomeadamente pelas novas formas de que se revestem as situações de «irregularidade» e de emigração «temporária». Para além disso, a abertura das fronteiras comunitárias promoveu também novas formas de mobilidade intra-europeia, não enquadráveis no conceito «clássico» de emigração. [...]

A emigração cresce progressivamente desde meados dos anos oitenta promovida pelos seguintes factores: criação e estruturação de redes migratórias para novos destinos, como foi o caso da emigração para a Suíça; revitalização de redes já existentes, como aconteceu com a emigração transatlântica; novas condições de mobilidade internacional de trabalhadores criadas pela entrada de Portugal, em 1986, para a Comunidade Europeia; e o enquadramento legal estabelecido a nível comunitário em relação à cedência de serviços de mão-de-obra, como é o caso do «destacamento de trabalhadores» na Alemanha. (Baganha *et al.*, 1998: 49)

2.3. Em jeito de balanço

A produção científica nacional sobre a emigração portuguesa é numericamente muito escassa. Essa extrema escas-

sez está bem patente na *Bibliografia da emigração portuguesa*, da autoria de Maria Beatriz Rocha-Trindade e Jorge Arroteia, publicada em 1984. Apesar de praticamente exaustiva, cobrindo todos os períodos históricos e referenciando tanto trabalhos científicos como romances e documentos administrativos publicados em Portugal ou no estrangeiro sobre o tema em epígrafe, a obra esgota o assunto em setenta e uma páginas, e de formato A5²⁴.

Várias razões explicam esta escassez bibliográfica. Ser-mos a comunidade científica mais diminuta da União Europeia é, sem dúvida, uma das razões, mas pensamos que o embaraço que a emigração continua a representar para as elites políticas nacionais é outra das razões da actual situação. Embaraço perfeitamente justificável se nos lembrarmos que emigrar é, como notou Zolberg (1983: 7), «votar com os pés». O mais lapidar exemplo que conhecemos desse embaraço foi personificado por João de Deus Pinheiro, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, numa entrevista concedida ao jornal Suíço *Le Nouveau Quotidien* e parcialmente reproduzida na página 28 do jornal *Público* de 1 de Outubro de 1991. Questionado sobre a emigração portuguesa para a Suíça, o ministro explicava o fenómeno da seguinte forma: Portugal deixara de ser um país de emigração para se tornar um país de imigração, desfrutando de uma situação próxima do pleno emprego, pelo que, se havia pessoas que emigravam para a Suíça, isso se devia certamente ao facto de esse país oferecer três meses de férias aos trabalhadores sazonais. Só um período de férias 300% superior ao praticado no país pareceu ao então ministro João de Deus Pinheiro razão suficientemente aceitável para justificar que cidadãos de uma sociedade sem desemprego, e do «pelotão da frente» dos países da Comunidade Europeia, abandonassem Portugal rumo a um país não comunitário.

Apesar da escassez de produção referida, há temas que conhecemos bem melhor do que outros. De entre os temas que melhor conhecemos é de destacar o volume e a direcção dos fluxos migratórios nacionais e as características dos emigrantes regressados até aos primeiros anos dos anos oitenta. Sobre as características de quem partiu e, muito especial-

²⁴ Por mera curiosidade, refira-se que tentámos complementar as referências da citada bibliografia com os trabalhos de que temos conhecimento publicados em Portugal depois de 1984 e, mesmo assim, não chegámos às 600 referências.

mente, sobre os emigrantes clandestinos continuamos sem saber praticamente nada.

O que sabemos refere-se sobretudo ao fluxo legal, pelo que é conveniente salvaguardar a hipótese de as características conhecidas serem uma pobre e, muito provavelmente, errónea representação do fluxo migratório global. Quer os estudos da componente ilegal do fluxo migratório português noutros períodos históricos (Baganha, 1990), quer a informação disponível sobre as partidas ilegais para a Europa depois da II Guerra Mundial, mostram que o fluxo clandestino é substancialmente diferente do fluxo legal (Almeida, 1964; Antunes, 1970, 1973, 1981; Stahl *et al.*, 1982). Apesar disso, continua-se a extrapolar as características dos emigrantes legais, como se se desconhecesse que mais de 48% e de 81% dos emigrantes entre 1960-1969 e 1970-1979, respectivamente, deixaram o país de forma clandestina e que a consideração do seu perfil demográfico e das suas características sócio-económicas muito provavelmente alteraria por completo o que se escreveu e escreve sobre a evolução destas mesmas características.

A definição do perfil (ou dos perfis) do emigrante clandestino continua, assim, a ser uma prioridade da investigação sobre a emigração portuguesa. Mas não são só as suas características individuais que há que investigar, é necessário saber também que redes de apoio foram usadas por estes emigrantes no seu projecto migratório, que negócios promoveram ou à sua custa se desenvolveram e se os seus projectos e experiências migratórias coincidem ou divergem substancialmente das dos emigrantes legais.

Os impactos da emigração nas comunidades de partida encontraram também excelentes cultores nestes últimos anos, a julgar pelo trabalho extremamente interessante de Manuela Ribeiro (1998), que tivemos oportunidade de ouvir recentemente e que já se encontra publicado.

Os estudos sobre o regresso necessitam igualmente de ser retomados. Sofia Afonso (1997) concluiu recentemente um trabalho inovador intitulado *O regresso da segunda geração, a segunda geração e o regresso – A geografia do actor de fronteira*. É de saudar o retomar desta linha de pesquisa, mas é também igualmente necessário continuar a linha de pesquisa iniciada por Manuela Silva e Eduardo Sousa Ferreira e respectivos colaboradores, mas, agora, para o período posterior a 85 e para a década de 90.

Dada a sua extrema relevância, a continuação de produ-

ção de trabalhos sobre o fluxo migratório para França e os processos de adaptação dos imigrantes portugueses à sociedade francesa é plenamente justificável. Dentro desta linha de pesquisa, os recentes trabalhos de Engrácia Leandro (1995a e 1995b) marcam, pela profundidade de tratamento sociológico do tema, uma viragem importante. No primeiro caso, porque o trabalho é enriquecido por uma abordagem comparativa de áreas de residência diversas, o que lhe permite captar melhor o impacto de contextos socioculturais diferentes nos processos de adaptação dos imigrantes portugueses; no segundo, porque a pesquisa se baseou em três biografias familiares, o que permitiu à autora analisar como evoluiu o projecto migratório nestas três famílias, bem como captar as transformações nos valores, nas referências e nas expectativas dos vários membros do agregado familiar. Desta forma, estes dois trabalhos podem, a nosso ver, servir de referência a trabalhos similares que se venham a elaborar, não apenas para França, mas também para outros destinos²⁵.

Continuam a faltar monografias descritivas para vários outros países europeus em que os imigrantes portugueses se fixaram, nomeadamente para a Alemanha e o Luxemburgo, uma vez que sobre os imigrantes portugueses em Espanha já alguma coisa se vai sabendo devido aos trabalhos do investigador espanhol Lopez Trigal (1995, 1996) e que, sobre as novas correntes e particularmente sobre a emigração para a Suíça, já temos disponível uma primeira monografia da autoria de José Carlos Marques (1997). Mas, para além de monografias específicas, faltam trabalhos comparativos, quer sobre os vários fluxos migratórios portugueses que se dirigiram para diferentes países europeus, quer sobre a emigração portuguesa e as outras correntes migratórias, nomeadamente as que tiveram origem nos restantes países do Sul da Europa.

As redes migratórias cumprem vários papéis e servem

²⁵ Depois de terminado este trabalho, Sofia Afonso chamou a nossa atenção para a publicação da obra *Les migrations portugaises – bibliographie francophone*. Trata-se, como o título indica, de um trabalho de pesquisa bibliográfica sobre a produção em língua francesa, elaborado por Kohok-Piot com a colaboração de G. Dubus e publicado pela CCPF (Coordination des Collectivités Portugaises de France) e MIGRINTER (equipa de investigadores associada ao CNRS e à Universidade de Poitiers), sem data de publicação mas incluindo referências bibliográficas até 1997. Este trabalho parece-nos particularmente importante por referenciar um vastíssimo conjunto de obras que permitirá, pelo menos aos investigadores de filiação anglo-saxónica, aprofundar doravante a produção científica francófona sobre a emigração portuguesa e porque completa parcialmente a bibliografia sobre a emigração portuguesa publicada por Maria Beatriz Rocha-Trindade e Jorge Arroiteia (1984).

diferentes propósitos consoante a fase do projecto migratório e modo de estruturação²⁶. Como canais de informação e rede de apoio logístico, elas são excelentes facilitadores do acto de emigrar e da fase inicial de adaptação à sociedade de acolhimento para a esmagadora maioria dos imigrantes, aspectos que têm sido repetidamente apontados na produção científica sobre a emigração portuguesa. Contudo, podem, subsequentemente, tornar-se armadilhas poderosas «prendendo» os imigrantes ou os seus filhos a valores culturais e a práticas sociais bloqueadoras de uma integração na sociedade de acolhimento ou de um percurso de mobilidade ascendente. Ora, estes últimos aspectos não têm merecido especial atenção dos investigadores portugueses, assim como também tem sido descurado o estudo do papel desempenhado pelas redes de migrantes portugueses nas diferentes sociedades para onde os emigrantes se dirigiram bem como que impactos produziram nos percursos de adaptação dos imigrantes e nos seus projectos migratórios.

O estudo do impacto do sancionamento político do Estado Novo na composição e evolução do fluxo migratório foi retomado nos anos 90 por Maria I. Baganha (1994, 1998a). Para o período posterior a 1974, foram vários os investigadores que se debruçaram sobre esta temática, designadamente Baganha e Peixoto (1996), Jorge Malheiros (1996), Baganha (1998b) e Baganha *et al.* (1998).

A interligação entre os actuais fluxos de saída e de entrada em território nacional tem também vindo a ser progressivamente reconhecida por um número crescente de académicos, por exemplo, Pires e Saint-Maurice (1994)²⁷, Malheiros, (1996), Baganha (1996, 1998b, 1998c), Baganha e Peixoto, (1996). Recentemente, uma equipa coordenada por Baganha, Ferrão e Malheiros analisou essa interligação, focando a sua atenção na inserção económica dos emigrantes e dos trabalhadores destacados nos principais países europeus e dos imigrantes no mercado de trabalho nacional (Baganha *et al.*, 1998). Em termos prospectivos, o impacto das actuais dinâmicas migratórias de e para o espaço nacional foi sintetizado, por estes investigadores, como se indica nos dois quadros que a seguir apresentamos:

²⁶ Estou a usar o conceito de rede na acepção que lhe foi dada por MacDonald e MacDonald (1964) e por Tilly e Brown (1967), ou seja, para referir as estruturas informais de informação e apoio constituídas pelos próprios migrantes.

²⁷ Comunicação apresentada na *workshop* Cost A2 «Immigration in Southern Europe», realizada em Coimbra em Novembro de 1994.

Quadro 4. Trabalhadores qualificados: posição dos Portugueses face à imigração qualificada

Evolução do mercado de trabalho		Adequação entre sistema formação/ensino e oferta de emprego	
Retração	Expansão com dualização	Adequação	
		Sim	Não
Requalificação	Desemprego selectivo	Sim	Não
Complementaridade	Desemprego	Sim	Não
Complementaridade / cumulatividade	Posicionamento competitivo	Sim	Não
Complementaridade / cumulatividade	Substituição / desemprego (sobrequificação)	Sim	Não
Equilibrada	Posicionamento não competitivo / sobrequalificação (desemprego)	Sim	Não

Fonte: Baganha et al., 1998

Quadro 5. Trabalhadores não qualificados: relação entre cenários de emigração e imigração

EMIGRAÇÃO IMIGRAÇÃO	Diminuição da procura internacional	Correntes migratórias tradicionais	Novas formas de mobilidade	Requalificação
Informalização/etnicização	Dualização e desemprego (sobretudo E)	Situação actual	Situação actual	Complementaridade
Formalização + flexibilização	Concorrência potencialmente «regulável» / desemprego de ajustamento	Substituição tendencialmente definitiva	Substituição pendular	Complementaridade
Formalização + estabilidade	Forte concorrência/ desemprego	Substituição tendencialmente definitiva	Períodos de forte concorrência / desemprego	Complementaridade
Crise dos sectores empregadores	Desemprego (I e E)	Desemprego (I)	Desemprego (sobretudo I)	Desemprego (I)

Fonte: Baganha et al., 1998

E = trabalhadores portugueses emigrados (actuais e potenciais)

I = trabalhadores imigrados a trabalhar em Portugal

3. Imigração

3.1. Contexto internacional

Durante os anos oitenta, a Europa do Sul tornou-se, pela primeira vez no seu passado recente, pólo de atracção para um número crescente de imigrantes vindos principalmente do Leste Europeu e do Continente Africano. O papel tradicional da Europa do Sul de fornecedor de mão de obra aos países economicamente mais desenvolvidos foi decisivamente invertido nos anos oitenta – situação inteiramente nova para uma região que, durante mais de cem anos, apenas tinha estado envolvida em movimentos migratórios como área emissora.

De facto, durante este período a Europa do Sul exerceu mesmo, comparativamente às tradicionais regiões imigratórias europeias, uma maior atracção imigratória. Assim, enquanto nos países da Comunidade Europeia o stock da população estrangeira cresceu, entre 1981 e 1991, a uma taxa anual média de 2%, nos países do Sul da Europa, este mesmo crescimento foi de 10%²⁸. Em consequência desta atracção imigratória, nos inícios dos anos noventa, viviam legalmente em Itália, Grécia, Portugal e Espanha um milhão e quatrocentos mil imigrantes e estima-se que, ilegalmente, entre um milhão e trezentos mil e um milhão e quinhentos mil imigrantes²⁹. A existência nesta região de aproximadamente três milhões de imigrantes, metade dos quais em situação ilegal, levantou problemas sociais, jurídicos e económicos sem precedentes nesta área geográfica.

A novidade, a urgência e as implicações políticas desta nova situação levaram investigadores e políticos a olhar para a experiência dos países tradicionais de imigração na busca de explicações e de soluções. Os resultados de um tal exercício foram, como seria de esperar, relativamente pobres, porque, como salientou há algumas décadas Kingsley Davis (1974), embora as migrações sejam uma constante histórica, os fluxos migratórios são temporários, ou seja são específicos no tempo, pelo que reflectem, antes de mais, o mundo no momento em que ocorrem. Ora, o mundo dos anos oitenta e noventa é muito diverso do mundo dos anos cinquenta e sessenta. Convulsões políticas, instabilidade social e graves conflitos étnicos a Leste; sangrentos conflitos religiosos, pobreza, e guerra em África são alguns dos factores que mudaram recentemente o mundo e concorreram para tornar a Europa do Sul numa área de atracção imigratória tanto para imigrantes económicos

²⁸ Apenas 10 países foram considerados. Dados para 1981 e 1991 *in* Sopemi (1994), Eurostat (1994) e Baganha (1996).

²⁹ *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 44, Março, 1992:1365.

como para refugiados. Mas não é só o claro incremento das desigualdades geo-económicas a Leste e a Sul, que os factores apontados vieram intensificar, que está a mudar o mundo. A intensificação dos processos de globalização está a promover uma reestruturação profunda da indústria, uma realocização das fontes de fornecimento de mão de obra, um redireccionamento dos fluxos de capitais e novos padrões de competição internacional que estão também a mudar o mundo e, do mesmo passo, a minar as políticas laborais e sociais, bem como a alterar a estrutura e funcionamento dos mercados de trabalho dos países da Europa Ocidental e do Sul.

Acrescente-se que o sucessivo alargamento do Mercado Comum Europeu, seguido do início da construção da União Europeia, veio tornar a situação vivida pela maioria dos países da Europa do Sul ainda mais inovadora. No decurso deste processo, as fronteiras dentro do espaço da UE foram abolidas, mas nenhuma política migratória comum foi adoptada em relação a «nacionais de países terceiros»³⁰. De facto, interesses geo-económicos e políticos, bem como passados históricos diversos e, em alguns casos, o poder negocial de comunidades e grupos de cidadãos de ascendência ou passado imigrante, bloquearam e continuam a bloquear a obtenção de consensos a nível da UE em política migratória.

A recente história do Sul da Europa como área imigratória está, assim, imbricada ou, mais correctamente, é parcialmente determinada pela história deste «mundo novo», marcado pelo incremento das desigualdades geo-económicas, pela intensificação dos processos de globalização e pela construção do bloco económico e político a que correntemente chamamos União Europeia. Mas como ambos os processos estão ainda em construção, os recentes processos migratórios nos países do Sul da Europa resultam também da forma como cada um destes países se posicionou e inseriu em ambos os processos. Neste sentido, a recente história migratória do Sul da Europa é uma soma de casos nacionais específicos, que reflecte os passados históricos respectivos e os interesses geo-económicos e políticos de cada um dos países que constituem esta área geográfica³¹.

³⁰ Excepção feita à harmonização de vistos dentro do espaço de Schengen, a qual virá a ser estendida à UE pela entrada em vigor do Tratado de Amsterdão.

³¹ Os trabalhos de Malheiros (1996), Pires, *in* Esteves *et al.* (1991), Pires (1993), Baganha *et al.* (1998), incluem contextualizações que permitem, quer aprofundar algumas das dinâmicas aqui referidas, quer introduzir *nuances* interpretativas.

3.2. A imigração em Portugal nos anos 80 e 90

Em 1960, residiam em Portugal 29 428 estrangeiros (Esteves *et al.*, 1991), dos quais 40% tinham a nacionalidade espanhola e 22% a brasileira. Passados quinze anos, a situação não se tinha alterado substancialmente, uma vez que o número de estrangeiros legalmente residentes em Portugal em 1975 era de 31 983³². Sintetizamos no Quadro 6 a evolução do número de estrangeiros legalmente residentes em Portugal entre 1980 e 1997.

Quadro 6. Estrangeiros legalmente residentes em Portugal, 1980-1997

Ano	África	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa	Outros	TOTAL
1980	27748	4821	6403	1153	17706	260	58091
1981	27948	6018	8123	1394	18931	278	62692
1982	28903	6855	10481	1663	19924	327	68153
1983	32481	8520	13351	2219	22053	391	79015
1984	37128	9887	15394	2860	23896	460	89625
1985	34978	7987	11567	2564	22060	438	79594
1986	37829	9047	12629	2958	24040	479	86982
1987	38838	8623	13009	3124	25676	508	89778
1988	40253	8338	14645	3413	27280	524	94453
1989	42789	8737	15938	3741	29247	559	101011
1990	45255	8993	17376	4154	31410	579	107767
1991	47998	9236	18666	4458	33011	609	113978
1992	52037	9430	19960	4769	34732	621	122348
1993	55786	10513	21924	5520	37154	696	136932
1994	72630	10739	24815	6322	41819	748	157073
1995	79231	10853	25867	6730	44867	768	168316
1996	81176	10783	25733	7140	47315	765	172912
1997	81717	10573	25274	7192	49797	760	175263

Fontes: 1980-1994: Estatísticas Demográficas, 1980-1994; 1995: SEF, Relatório Estatístico, 1995, 1996, 1997;

As estatísticas de 1994 incluem o processo de legalização extraordinária de 1992/93; os valores para 1992 e 1993 variam consoante as fontes estatísticas; cerca de 95% dos Estrangeiros Residentes originários de África são de Palop; na Europa cerca de 90% vêm de um país EEC (*apud* Baganha, 1996).

Como revela o Quadro 6, o stock da população estrangeira em Portugal cresceu ininterruptamente desde 1980 até 1997, ainda que com ritmos de crescimento diferentes ao longo deste período.

³² Estatísticas Demográficas, INE, 1995.

De facto, depois de um intenso crescimento na segunda metade dos anos 70 (a taxa anual média de crescimento foi de 11,9% entre 1975 e 1981³³, o ritmo de crescimento da fixação de estrangeiros abranda durante a década de 80 e acelera novamente nos anos 90. Mas não foi só o crescimento do número de estrangeiros que cresceu substancialmente, as nacionalidades dos estrangeiros e respectivos perfis sócio-demográficos apresentam também alterações muito significativas, que claramente indiciam uma complexificação progressiva da composição da população estrangeira em Portugal. Esta complexificação é bem testemunhada no crescente número de nacionais de países com os quais Portugal nunca teve laços económicos ou históricos privilegiados que pediram a sua regularização durante os processos de regularização extraordinária de estrangeiros nos anos 90³⁴.

Quadro 7. Pedidos de regularização, segundo a nacionalidade, nos processos de regularização extraordinária de 1992/93 e 1996

Países	1992/93		1996	
		%		%
Angola	12525	32	9255	26,4
Cabo Verde	6778	17,3	6872	19,6
Guiné-Bissau	6877	17,6	5308	15,1
Moçambique	757	1,9	416	1,2
S. Tomé e Príncipe	1408	3,6	1549	4,4
Total Palop	28345	72,4	23400	66,7
Senegal	1397	3,6	672	1,9
Marrocos	98	0,3	520	1,5
Brasil	5346	13,7	2330	6,6
China	1352	3,5	1608	4,6
Paquistão	286	0,7	1754	5,0
Índia	261	0,7	915	2,6
Bangladesh	139	0,4	752	2,1
Outras Nacionalidades	1942	5,0	3803	10,9
Total	39166	100	35082	100

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

³³ Estatísticas Demográficas, INE, 1995.

³⁴ Sobre as características da população estrangeira residente em Portugal, existem várias sínteses disponíveis. A obra pioneira nesta matéria foi Esteves *et al.* (1991). Para períodos mais recentes, ver, por exemplo, Malheiros (1996); Baganha (1996, 1998b, 1998c), Pires *in* Rocha-Trindade (1993); Baganha *et al.* (1998).

Do ponto de vista sócio-demográfico, a população estrangeira com residência legal em Portugal apresenta, a nível agregado, características que tipicamente são referenciadas nos fluxos internacionais de mão-de-obra pouco qualificada, a saber: elevada concentração residencial na Área Metropolitana de Lisboa (AML); *ratio* homem/mulher superior a um (1,4 no período 1990-1995) (Baganha, 1996); peso desproporcionado do grupo etário 25-45 anos; e uma inserção no mercado de trabalho no grupo de ocupações socialmente pouco valorizadas, designadamente, na categoria trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora e condutores de máquinas fixas e de transporte (Baganha, 1996, 1998b).

Contudo, quando estas características são desagregadas por nacionalidades, torna-se claro que a população estrangeira em Portugal é composta por dois segmentos bem diferenciados, de facto bipolares. O primeiro segmento é essencialmente composto por nacionais de países europeus e do Brasil, que evidenciam um padrão residencial muito mais disperso relativamente à AML, elevada percentagem de empregadores e empregados por conta própria relativamente à estrutura da própria população portuguesa face à situação na profissão e uma estrutura ocupacional em que o peso das profissões científicas e técnicas e de directores e quadros superiores administrativos coloca decididamente este segmento de população estrangeira no topo da estrutura sócio-profissional portuguesa. O segundo segmento da população estrangeira é constituído, fundamentalmente, por nacionais dos Palop e por um subconjunto, ainda numericamente pouco significativo, mas em crescimento, de nacionais vindos de países diversos como o Zaire, Senegal, Paquistão, Roménia ou Moldávia. Este segmento determina, pelo seu peso numérico, as características referidas para o total da população estrangeira que, evidentemente, se extremam quando o grupo é considerado isoladamente. Este grupo situa-se claramente na base da estrutura sócio-profissional portuguesa³⁵.

³⁵ É ainda possível documentar um terceiro segmento, cuja expressão numérica é ainda muito pequena, mas que está associado a nacionalidades específicas e a formas de inserção económicas particulares. Este segmento distingue-se dos anteriores essencialmente pela sua inserção económica no sector do comércio e da restauração e aparece no primeiro caso ligado a nacionais de Moçambique, Índia e Paquistão e, no segundo, a nacionais da China.

3.3. Principais tendências de investigação

Uma das principais dificuldades do estudo da evolução e caracterização dos imigrantes em Portugal, reside em saber quem deve ser incluído nesta categoria – uma dificuldade que, devido ao recente passado colonial, está ainda longe de poder ser superada de forma consensual. De facto, a enorme subida verificada no número de estrangeiros entre 1975 e 1981, o qual em seis anos mais do que duplica, resulta de uma complexa teia de factores que torna particularmente difícil qualquer análise sobre a imigração em Portugal, uma vez que a maior parte do crescimento verificado neste período se pode atribuir a: 1. entrada e permanência no país de nacionais portugueses de ascendência africana e permanência de nacionais portugueses de ascendência africana já anteriormente a residir em Portugal, a quem no entretanto foi retirada retroactivamente a nacionalidade portuguesa (D.L. 308-A/75); 2. entrada de familiares que se lhes juntaram entre 1976 e 1981³⁶.

Será que é conceptualmente aceitável categorizar como imigrantes nacionais portugueses de ascendência africana a residir em Portugal a partir dos anos 60, ou os «retornados» de ascendência africana que vieram para Portugal entre 1975 e 1981 e os dependentes que se lhes juntaram durante esse mesmo período?

De acordo com as categorizações normalmente utilizadas nos estudos de migrações internacionais, imigrantes são (apenas) os nacionais de um país soberano, e seus descendentes, que voluntariamente abandonam o seu próprio país para se fixarem noutro país soberano, para aí exercerem uma actividade económica, independentemente de virem ou não a adquirir voluntariamente a nacionalidade do país de acolhimento³⁷.

Nesta linha de pensamento, o uso do termo imigrante para referir ou categorizar o «retorno involuntário» de nacionais portugueses de ascendência africana e seus descendentes parece-nos conceptualmente incorrecto, podendo levar à produção de realidades sociais falaciosas e/ou à legitimação científica, ainda que involuntária, de decisões políticas. É evi-

³⁶ De facto, se descontarmos do stock da população estrangeira o número de nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) a residir legalmente em Portugal (27 287 pessoas), a taxa média anual de crescimento neste período desce para 1,7%, ou seja, um ritmo de crescimento extremamente lento.

³⁷ Esta definição é também a adoptada e recomendada pelas Nações Unidas (*Recommendations on Statistics of International Migration*, Statistical Paper, Series M, n.º 58, UN, New York, 1980).

dente que, entre os nacionais dos Palop residentes em Portugal entre 1976 e 1981 haveria imigrantes na verdadeira acepção que o termo implica, mas teria a sua existência um significado numérico suficientemente amplo, que justifique alterar o que acabamos de afirmar?

Se atendermos às estimativas sobre a população branca nas ex-colónias e os retornados em *Os retornados – um estudo sociográfico* (Pires, *et al.*, 1984), particularmente as contidas no Anexo I, a estimativa a que se poderá chegar é a de que os retornados de ascendência africana entre 1975-1981 compreenderiam 25 a 35 mil pessoas. Se a esta informação adicionarmos que o número de concessões e de manutenção de nacionalidade portuguesa ao abrigo do Artigo 5.º do D.L. 308-A/75 de 24 de Julho, foi de 8069 concessões/manutenções (Esteves, *et al.* 1991: 133), tudo parece indicar que a residência em Portugal de 27287 nacionais dos Palop pode essencialmente atribuir-se à acção conjunta de um retorno involuntário à Metrópole do Império, no momento em que o mesmo se fragmenta em Estados soberanos e à perda de nacionalidade portuguesa imposta retroactivamente pelo D.L. 308-A/75 de 24 de Julho.

A dificuldade de saber como categorizar os estrangeiros residentes em Portugal foi salientada por vários investigadores e está bem patente na definição proposta por Maria do Céu Esteves e colaboradores em 1991:

[...] em rigor, a população imigrante integra a maioria dos estrangeiros residentes e ainda os (muitos) detentores da nacionalidade portuguesa originários de outras nacionalidade e regiões. (Esteves, *et al.*, 1991: 27)

Uma definição como esta não consegue, claramente, superar os problemas apontados por ser vaga quanto á população a incluir («integra a maioria») e conceptualmente imprecisa («...de outras nacionalidades e regiões»).

A juntar à real dificuldade de distinguir entre imigrantes nacionais dos Palop e nacionais portugueses que perderam a nacionalidade, os Recenseamentos de 1981 e de 1991, supostamente, os primeiros instrumentos de observação rigorosa de que poderíamos dispor para ultrapassar este problema, são, a nosso ver, completamente inúteis e induzem a interpretações erradas. Vejamos um exemplo concreto. Baseada na informação do Recenseamento de 1981, a equipa coordenada por Maria do Céu Esteves estimou a população estrangeira em Portugal em 154980 indivíduos subdividida da

seguinte forma: com a situação regular e nacionalidade definida 94251; apátridas 202; a beneficiar do direito de asilo 527; em situação irregular 60000 (Esteves, *et al.*, 1991: 29). Para chegar a estes números, a equipa de investigadores do IED partiu do pressuposto de que a informação sobre os «não-nacionais» recolhida pelo INE é mais rigorosa do que o registo de estrangeiros, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI-SEF). Este pressuposto levou a equipa que realizou este projecto a estimar o número de imigrantes ilegais no país, em 1981, em aproximadamente 60 mil, ou seja, a diferença entre os indivíduos categorizados como estrangeiros pelo INE, 108526, e os 62692 estrangeiros legalmente a residir em Portugal segundo o MAI-SEF, acrescida de 14166 com base em outras fontes (Esteves *et al.*, 1991: 29 e 161). Esta estimativa e o pressuposto que a sustenta pareciam razoáveis na altura em que foram feitos. Contudo, se a metodologia que está na base desta estimativa fosse adoptada, tal implicaria que (dado que, em 1991 o número de estrangeiros registado no Recenseamento foi de 106519 indivíduos e o número de estrangeiros residentes legais registados pelo MAI-SEF foi de 113978 indivíduos em 1991), teríamos de aceitar que não haveria imigrantes a residir ilegalmente em Portugal, o que sabemos não ser verdade, quanto mais não seja pelo número de pedidos de regularização apresentados no ano seguinte.

Perante os números registados nas duas fontes (INE e MAI-SEF) em 1981 e 1991 e os dados resultantes dos processos de Regularização Extraordinária de Estrangeiros, a seguinte conclusão parece-nos mais razoável: o Recenseamento de 1981 sobrerregistra significativamente o número de estrangeiros a residir em Portugal devido a não distinguir naturalidade de nacionalidade³⁸; o Recenseamento de 1991 não registou a residência em Portugal de um número significativo de nacionais de outros países.

O que esta conclusão implica é que sabemos extremamente pouco sobre os imigrantes em Portugal, porque a única fonte disponível com consistência interna³⁹ apresenta sérias

³⁸ A equipa do IED coordenada por Maria do Céu Esteves tinha consciência de que poderia haver um excesso nos registos dos nacionais dos Países devido a eventuais confusões entre naturalidade e nacionalidade, mas considerou o possível enviesamento daí resultante como pouco significativo.

³⁹ A informação contida nos Inquéritos ao Emprego (INE) não é alternativa nem complemento à informação divulgada pelo SEF, devido ao erro de amostragem para esta população (Baganha, 1996).

limitações, dado que o número de características dos imigrantes tratadas e divulgadas pelo MAI-SEF é muito restrito e a sua divulgação sistemática com alguma profundidade só se inicia em 1990. Do que conhecemos, por contactos com o centro de documentação do SEF, até esse ano pouco mais está disponível do que a série do stock da população estrangeira por nacionalidade e do local de residência. Depois desta data, conhecemos, para além destas duas características, a idade, o sexo, a situação na profissão, e a ocupação, bem como o registo dos fluxos de saída e de entrada

A investigação científica feita em Portugal ao longo das últimas décadas tem recorrido ao subterfúgio de considerar imigrantes todos os estrangeiros e, em alternativa, tem adoptado a definição proposta pela equipa de Maria do Céu Esteves em conjugação ou não com um alargamento da categorização para «imigrantes e minorias étnicas».

A produção bibliográfica sobre ambos os temas é ainda escassa⁴⁰. Num primeiro momento, foram realizados vários estudos sobre cabo-verdianos (Amaro, 1986a e 1986b; Menezes e Cunha, 1987; Guerra *et al.*, 1992; França *et al.*, 1992). Nesta linha de pesquisa, a obra mais recente, *Identities reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, de Ana Saint-Maurice (1993), apresenta uma caracterização detalhada a diferentes níveis do primeiro e mais importante grupo de «imigrantes» em Portugal, que é particularmente relevante para entender a evolução deste grupo. Em momentos posteriores, conferiu-se atenção especial a outros grupos igualmente importantes como o guineense (Machado, 1992, 1994), o indiano (Ávila e Alves, 1993; Malheiros, 1994 e 1996) ou, de uma forma genérica, às comunidades «imigrantes» em Portugal (Esteves *et al.*, 1991; CEPAC, 1995a e 1995b; Cordeiro, 1997), ficando por estudar de forma sistemática grupos de imigrantes oriundos de países como S. Tomé e Príncipe, Brasil, Moçambique, Angola, China e, de uma forma geral, todas as comunidades constituídas pelos imigrantes europeus em Portugal. Por outro lado, é de assinalar que a quase totalidade dos estudos realizados nas duas últimas décadas sobre a imigração obedece, na esmagadora maioria, a uma lógica de primazia da caracterização da inserção sócio-espacial na Área Metropolitana de Lisboa.

⁴⁰ Se, no caso da bibliografia sobre emigração, falámos de escassez bibliográfica, refira-se que sobre o tema da imigração, etnicidade e minorias étnicas em Portugal dispúnhamos em 1994, segundo uma recolha efectuada por Fernando Luís Machado (1994b), de somente 67 referências.

Ao longo da década de 90, contudo, os estudos sobre a imigração portuguesa foram-se diversificando, acompanhando a crescente visibilidade que as comunidades imigrantes foram assumindo. Novas temáticas foram desenvolvidas, nomeadamente quanto à integração laboral dos imigrantes (Freire, 1991). Esta linha de pesquisa tem produzido um conjunto de estudos em que se procura analisar e distinguir diferentes tipos de inserções, dando continuidade às raras investigações existentes até então, especialmente dedicadas ao estudo de cabo-verdianos (Amaro, 1986c).

Nesta linha de pesquisa, num trabalho pioneiro e extremamente minucioso, João Peixoto (1994, 1996a, 1996b, 1998) tem vindo a abordar a permanência em Portugal de imigrantes altamente qualificados. O último destes trabalhos foca, entre outros aspectos, as formas de entrada, motivações e experiência migratória em Portugal, nomeadamente das empresas multi/transnacionais, pelo que nos permite um número significativo de comparações entre este subconjunto privilegiado da população imigrante e os restantes imigrantes. Uma equipa do CES, a que ambos os autores do presente artigo pertencem, procurou captar a inserção económica dos imigrantes no mercado de trabalho nacional a partir de um vasto conjunto de indicadores indirectos, complementados por 45 entrevistas a «informadores privilegiados» e a 51 imigrantes a residir ilegalmente em Portugal em 1996. Com base nesta última informação, construiu-se uma primeira e obviamente incompleta tipologia de «imigrantes ilegais» e uma matriz de motivações de entrada no mercado informal de trabalho para empregadores, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores (imigrantes e não imigrantes) (Baganha, 1996, 1998c). Nesta linha de pesquisa, pensamos que o trabalho realizado pela equipa coordenada por Baganha, Ferão e Malheiros (1998) é o mais recente estudo elaborado sobre a inserção económica dos imigrantes na economia nacional⁴¹.

Simultaneamente, a etnicidade das populações imigrantes passou, também ela, a constituir um objecto de estudo relevante (Castro e Freitas, 1991; Costa, 1991; Pimenta, 1992; Alves, 1994) originando uma primeira necessidade de clarificação do conceito de etnicidade, tarefa em que os trabalhos de Fernando Luís Machado (1992a, 1992b, 1994a) são de realçar pelo seu contributo de clarificação teórica.

⁴¹ Sobre este estudo, ver as páginas finais da secção 2.

Recentemente, novas temáticas vêm surgindo, de que são exemplo, o papel da imigração feminina (Machado e Perista, 1997; Perista, 1997); estudos sociográficos sobre «imigrantes» a residir em áreas degradadas ou envolvidos em processos de realojamento (de que são exemplo, Castro e Ferreira, 1991; Craveiro e Menezes, 1993; Marques *et al.*, s.d.; Malheiros, 1997), sobre os direitos sociais dos imigrantes (Gorjão-Henriques, 1996) e, como referência obrigatória, os trabalhos de Pierre Guibentif (1995, 1996). A temática normalmente designada por «segunda geração», isto é, o impacto da experiência migratória nos filhos dos imigrantes e respectivo processo de adaptação à sociedade portuguesa tem também sido objecto de variadas abordagens (como exemplo, refiram-se os trabalhos de Paes, 1993; Cortesão e Pacheco, 1993; Cortesão, 1994; e, numa linha substancialmente diferente, Justino *et al.*, 1998).

Os novos espaços de inserção/acolhimento de imigrantes no exterior da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente na Área Metropolitana do Porto (Luvumba, 1997) ou, um caso particularmente interessante, o grupo de imigrantes guineenses em Águeda (Pereira, 1998) têm, de igual forma, merecido alguma atenção. A dispersão, embora lenta, dos grupos de imigrantes em Portugal, tem vindo a ganhar visibilidade, mas, nitidamente, os trabalhos referidos cobrem situações muito específicas pelo que não nos permitem ainda uma imagem global deste fenómeno emergente.

3.4. Em jeito de balanço

Como foi anteriormente referido, existe hoje um importante conjunto de estudos sobre «comunidades» imigrantes e minorias «étnicas» em Portugal. Os problemas teóricos de conceptualização e de operacionalização das variáveis a analisar são particularmente complexos, quer porque nem sempre é clara a filiação teórica que está a ser seguida, quer porque, entre o quadro teórico e a operacionalização dos conceitos utilizados na parte empírica, por vezes se abandona o quadro teórico que se defendeu para se adoptar o que se criticou. A maioria dos investigadores a trabalhar nesta área autofilia-se nas teorias sociais não substancialistas e, muito em especial, na corrente construtivista⁴². Um caso em que a articulação quadro teórico / operacionalização

⁴² Ver, sobre as várias correntes, Martinello (1995); Guibernau e Rex (1997); Oommen (1997); Machado (1992a, 1992b, 1993).

de conceitos é particularmente sólida é o dos trabalhos de Fernando Luís Machado sobre etnicidade (1992a, 1992b, 1993, 1994). O último destes trabalhos é de particular interesse para os objectivos deste artigo, uma vez que se debruça sobre os conceitos de imigrante e de luso-africano:

[...] esta (última) designação engloba duas situações principais. Uma, mais antiga, é a dos africanos de nacionalidade portuguesa, de condição social média ou elevada e muitas vezes racialmente mistos, que optaram por se fixar em Portugal na sequência da descolonização. Outra, que se começa agora a configurar, é a dos filhos dos imigrantes que já nasceram e/ou cresceram em Portugal. Embora diferentes entre si, estas duas categorias têm, pelo menos, em comum aquilo que as diferencia dos imigrantes propriamente ditos: o grau de fixação na sociedade portuguesa e a ausência de um projecto de regresso aos países de origem. (Machado, 1994: 111)

265

Ou seja, o contexto histórico e as motivações que determinaram a fixação em Portugal dos «luso-africanos» até aos finais dos anos 70 evidenciam características sócio-económicas (posições e qualificações profissionais elevadas), redes de sociabilidade (não estabelecem relações sociais directas e regulares com os imigrantes dos respectivos países de origem (Machado, 1994: 117), uma identidade social («é claramente a identidade de classe a sobrepor-se à identidade étnica» [Machado, 1994: 117]) e uma ancestralidade que claramente os distingue dos novos «luso-africanos» que apresentam as características usualmente descritas na literatura da especialidade para os filhos de imigrantes, a chamada «segunda geração».

O relevante neste trabalho não é, a nosso ver, o rótulo que foi usado para o conceito, mas o facto de haver uma nítida clivagem entre a população de ascendência africana que residia em Portugal em 1974, ou que aí se fixou entre 1975 e 1980, e a população de ascendência africana que se fixou em Portugal depois dessa data. Estes aspectos parecem-nos não terem merecido suficiente reflexão entre a comunidade científica portuguesa e, contudo, existem, pelo menos, três razões pelas quais essa reflexão se afigura imperativa: primeiro, porque esta população não resulta de migrações internacionais voluntárias; segundo, porque existiam alternativas às decisões políticas que foram tomadas – recorde-se, por exemplo, que a Holanda reconheceu politicamente as minorias formadas em consequência do fim do seu

império (Entzinger, 1994; Münz, 1996) – pelo que as decisões tomadas e as suas consequências devem ser, em si mesmas, tidas em conta na análise; terceiro, porque, como afirma Zolberg, na linha de Horowitz:

A etnicidade não é uma mera projecção ou um renascimento de ligações tradicionais, mas um constructo social contemporâneo que é usado como um recurso organizacional em conflitos sobre a repartição de recursos e poder. (Zolberg, 1989: 417)

266

São vários os autores que salientaram a mudança na composição e motivação dos nacionais dos Palop que entraram em Portugal nos anos 80 (por exemplo, Saint-Maurice, 1997⁴³). Essa mudança em nosso entender, foi acompanhada por transformações institucionais suficientemente importantes, que justificam considerar o ano de 1981 como um ano charneira na imigração em Portugal. A razão deste nosso entender prende-se com o enquadramento jurídico criado nesse ano, nomeadamente pelo D.L. 264-B/81 de 3 de Setembro que regula as entradas, permanências e saídas de estrangeiros em território nacional, e pela nova Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de Outubro). O conteúdo do D.L. 264-B/81 aproximou a legislação portuguesa da legislação dos então países da Comunidade Económica Europeia (CEE) no que concerne às condições de entrada, permanência, saída, vistos de entrada e autorizações de residência. A Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de Outubro) abandona o princípio do *jus soli* em favor do princípio do *jus sanguinis* e dificulta a aquisição de nacionalidade por nascimento em território nacional àqueles cujos progenitores não sejam nacionais e a aquisição de nacionalidade por casamento com um(a) nacional. Mas, a nosso ver, tão importante como as alterações jurídicas introduzidas é a forma como essas alterações foram percebidas pela elite política no poder.

Com a publicação da Lei n.º 37/81 de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), o critério até então dominante, do *jus soli*, foi substituído por um critério mais condizente com países de profundas raízes históricas como Portugal, o do *jus sanguinis*. É, de facto, a nacionalidade dos pais que se encontra na atribuição originária da nacionalidade portuguesa prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1

⁴³ É de salientar que os resultados analíticos apresentados por Ana de Saint-Maurice (1997) para os cabo-verdianos vêm em apoio desta divisão temporal, tendo em conta, por exemplo, a identidade social por período de fixação de residência.

daquela lei. E se é certo que, por razões de realismo político, aquele diploma faz algumas cedências ao critério do lugar de nascimento, não deixa, no entanto, de procurar garantir a ligação efectiva à comunidade nacional. Não tem outro sentido, aliás, a exigência de um tempo mínimo de residência em território português, bem como de ausência de serviço ao Estado estrangeiro ou de outra nacionalidade. (Intervenção de Borges Soeiro, secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, *Diário da Assembleia da República*, I série, nº 57, de 14/04/94: 1097)

Pensamos poder interpretar esta citação da seguinte forma: é pelo seu território na Europa e pelas suas raízes históricas que Portugal deve redefinir a sua identidade, que a dominância do *jus sanguinis* permitirá preservar e transmitir geracionalmente, mesmo que conjuntamente a *realpolitik* obrigue a algumas concessões, que no futuro deverão ser corrigidas. A nova identidade portuguesa que a elite política no poder começa a definir no enquadramento jurídico de 1981 e que pode ser descrita como uma identidade étnica primordial («de sangue») de raiz europeia, irá ser consolidada nos anos seguintes com a entrada para a CE, seguida da adesão ao Espaço Schengen e, finalmente, pela ratificação do tratado de Amsterdão⁴⁴, pelo que nos parece que o ano de 1981 marca, de facto, o fim do período de transição entre o «Portugal – Metrópole do Império» e o «Portugal – País Europeu».

Não significa isto que não estejamos conscientes de que o D.L. 308-A/75 de 24 de Julho só foi revogado em 1988 e que, ao abrigo do seu artigo 5º, entre 1982 e 12 de Maio de 1989, foi conservada ou concedida a nacionalidade portuguesa a 16261 pessoas (Esteves *et al.*, 1991: 133) ou seja, que o impacto do fim do Império na fixação de estrangeiros em Portugal se prolonga muito para além de 1981. Significa tão-somente que entendemos que é a partir dessa data que politicamente o país se irá definir como um país de imigração e que a sociedade portuguesa irá também ela, através dos

⁴⁴ Pensamos que o discurso do ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, proferido na Assembleia da República em Março de 1996 (*Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 53, Março: 1691) exemplifica lapidarmente a consolidação desta nova «identidade nacional». A leitura das intervenções dos membros do Governo e dos deputados do Partido Social Democrata aquando da apresentação da proposta de lançamento de um período de Regularização Extraordinária de Imigrantes e os debates de apresentação de propostas de alteração da Lei de Nacionalidade de 1981 (*Diário da República*, I série, nº 57 de 14/04/94) exemplificam de forma igualmente lapidar esta evolução (cf. Baganha, 1998c).

seus órgãos de comunicação social, «atribuir» a categorização de imigrante aos nacionais dos Palop e aos nacionais portugueses de ascendência africana⁴⁵.

A aceitar-se esta hipótese de trabalho, e retomando, nomeadamente, as contribuições de Fernando Luís Machado, a formação dos grupos étnicos, nomeadamente dos «lusó-africanos», pode ser remetida ao seu real contexto histórico, ou seja, às consequências do desmoronamento do Império Português em África, que os fluxos imigratórios a partir dos anos 80 permitiram reforçar e a que, por sua vez, a anterior formação, estruturação e formas de representação colectiva criadas pelos «lusó-africanos» serviram de suporte informacional e logístico, bem como de instrumento de pressão junto da elite política, situação de que tem resultado uma discriminação positiva no enquadramento jurídico nacional dos imigrantes dos Palop em relação aos imigrantes de outros países.

Se se aceitar esta argumentação, então a imigração para Portugal a partir dos anos 80 poderia ser essencialmente perspectivada dentro do contexto internacional que marca as migrações dos anos 80 e 90, a saber, movimentos internacionais de trabalhadores e seus familiares e movimentos internacionais forçados. Esse novo contexto é, como foi anteriormente referido, fundamentalmente marcado pelo impacto dos processos de globalização económica e por restrições legais á entrada de imigrantes económicos.

Como foi afirmado anteriormente, as migrações internacionais são essencialmente fluxos internacionais de trabalho⁴⁶, o que significa que se aceita a premissa de que a direcção dos fluxos depende da oferta de trabalho existente no mercado internacional. O determinismo económico que caracteriza os movimentos internacionais de trabalho é coarctado e frequentemente substancialmente alterado, nomeadamente no que concerne à sua evolução, por vários factores, nomeadamente pelo sancionamento político dos países envolvidos, que presentemente na UE tanto pode ser exercido a nível nacional como supranacional, e pela força e nível de estruturação das redes migratórias activas em ambos os extremos da trajectória migratória, produzindo frequentemente resultados diversos daqueles que a análise económica faria prever (Baganha, 1990, 1993, 1997). Este quadro analítico tem, no

⁴⁵ Sobre este tema, ver Guibentif (1991).

⁴⁶ O que se diz não significa que não haja migrações internacionais forçadas (fluxos de refugiados e de asilados) para Portugal, mas apenas que o nosso trabalho incide sobre migrações voluntárias.

entanto, que ser adaptado, sob o efeito que os processos de globalização económica estão a ter nas migrações internacionais.

Os processos de globalização económica têm impactos diversos na organização dos mercados de trabalho nacionais, impactos que são filtrados pelos vários tipos de regulamentação existentes nesses mesmos mercados e pelos respectivos sistemas de valores sociais que lhes subjazem⁴⁷. Estas diferentes filtragens, que não são só institucionais, permitem explicar que haja mercados em que a tendência para a precarização e informalização do emprego e as oportunidades de emprego para os imigrantes estejam concentradas no auto-emprego e nas grandes metrópoles⁴⁸.

Esta tendência é particularmente reforçada na UE pelas políticas migratórias adoptadas após 1973/74, que dificultam a entrada de imigrantes económicos e/ou a mudança de estatuto legal de residência, por exemplo de «turista» para «imigrante». Sob o duplo efeito da globalização económica e do novo enquadramento institucional, têm vindo a surgir sofisticadas redes de tráfico ilegal de pessoas (Salt e Stein, 1997), tráfico extremamente lucrativo (estimado em 3 a 4 biliões de dólares anuais só o tráfico para a UE) e que será responsável pela entrada anual de cerca de 400 mil pessoas na Europa⁴⁹.

Estas entradas, cujo suporte logístico depende destas redes de tráfico, podem tomar a forma de entradas legais ou aparentemente legais (isto é, com documentos falsos) e de entradas clandestinas de imigrantes económicos, recorrendo às omissões legais dos vários enquadramentos jurídicos nacionais na UE. Estes enquadramentos jurídicos são, como se sabe, substancialmente diferentes de país para país, mas, como salientou o economista George Borjas, todas as políticas migratórias têm em comum o facto de terem como primordial objectivo responder a duas questões distintas: quantos imigrantes deve o país admitir? Que tipo de pessoas devem ser esses imigrantes? (Borjas, 1996).

Como também salientou este autor, uma vez que o mercado político de ideias é dominado pelos nacionais, normalmente a resposta encontrada para estas perguntas é a de que se deve maximizar o bem-estar dos nacionais. A maxi-

⁴⁷ O caso dinamarquês é exemplar neste contexto (Hjarno, 1996).

⁴⁸ Burgers e Engbersen (1996); S. Sassen (1994, 1996); 1998; Hjarno (1996).

⁴⁹ International Center for Migration Policy Development, Áustria, citado em *The Economist* de 20/02/98.

zação do bem-estar dos nacionais deveria, em teoria, levar à adopção de políticas migratórias de «porta aberta» de imigrantes económicos, uma vez que a sua entrada aumentaria o produto interno *per capita* ou, como diz G. Borjas, «aumentaria o tamanho do bolo». O problema é que a «divisão do bolo tornar-se-ia particularmente enviesada», em detrimento dos trabalhadores nacionais pouco qualificados. Ora, como os aspectos de distribuição económica numa sociedade têm fundamentalmente uma resposta política, é exactamente nessa arena que se encontrarão as respostas às perguntas de partida.

Dado que os benefícios da entrada de imigrantes são concentrados, isto é, revertem muito especificamente para alguns agentes económicos e usualmente para os próprios imigrantes, e que os custos correspondentes são normalmente diferidos e difusos, as respostas políticas normalmente encontradas para as duas questões reflectem predominantemente os interesses de certos grupos económicos e os interesses dos próprios grupos de imigrantes anteriormente fixados no país. É evidente que, para além das políticas migratórias *tout-court*, isto é, que regulam o volume, o tipo de entradas e o tipo de permanência, os Estados, no exercício dos seus direitos de soberania, regulam também quem pode pertencer e o modo como este processo de pertença deve ocorrer. Os regimes de incorporação dos imigrantes na sociedade de acolhimento apresentam nos seus extremos, de um lado, o modelo sueco, que desde 1975 se definiu como multicultural e em que a representação de interesses é corporativista e, do outro, o modelo francês, que se definiu como assimilacionista e em que a representação de interesses é individual (Soysal, 1994; Bauböck, 1998).

Como salientámos anteriormente, quer o binómio imigração / mercado de trabalho, quer os processos adaptativos dos imigrantes à sociedade portuguesa, têm sido abordados por vários investigadores nacionais, mas os estudos sobre a «imigração como negócio» emergente e florescente e sobre a trilogia globalização / políticas migratórias na UE / políticas nacionais estão ainda por publicar.

O impacto dos processos de globalização económica e as determinantes do sancionamento político das migrações em Portugal (Baganha, 1996 e 1998c) e no espaço da UE levaram-nos a perceber conceptualmente Portugal como uma placa giratória que distribui e absorve mão-de-obra enquanto os parâmetros do espaço político em que está inserido e

as necessidades dos mercados de trabalho internacional e nacional. É esta uma hipótese de trabalho que temos vindo a desenvolver em colaboração com outros investigadores do CES integrados no projecto «As Sociedades Nacionais perante os Desafios da Globalização».

No CES estão em curso outros trabalhos, nomeadamente, sobre a emigração e o destacamento de trabalhadores portugueses para a Alemanha, sobre a emigração sazonal para Espanha, sobre a inserção dos imigrantes na construção civil em Portugal e sobre os imigrantes cabo-verdianos em várias cidades europeias. Sabemos que em outras instituições trabalhos similares ou complementares estão também em curso. A sua realização e posterior publicação permitirá vir a completar um pouco mais o que sabemos sobre as actuais dinâmicas migratórias de e para o espaço nacional, o que nos permitirá poder vir a reflectir de uma forma mais informada sobre como será a sociedade portuguesa do próximo milénio.

Referências Bibliográficas

272

- Almeida, Carlos; Barreto, António 1976 *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo.
- Almeida, J.C. Ferreira de Almeida, J.C. Ferreira de Almeida, J.C. Ferreira de Afonso, Sofia Isabel Coelho 1964 «A emigração portuguesa para a França: alguns aspectos quantitativos», *Análise Social*, II(7/8), 599-622.
- 1966 «Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-65: alguns comentários», *Análise Social*, IV(13), 116-125.
- 1997 «A segunda geração e o regresso – A geografia do actor de fronteira». Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Alves, Jorge Fernandes 1988 «Operários para França e Inglaterra (1914-1918). Experiências da emigração portuguesa intra-europeia», *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, V, 317-333.
- Alves, Manuel Rodrigues 1994 «As minorias étnicas do concelho de Loures – que comunicação?», in *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia. Lisboa: APS, 201-210.
- Amaro, Rogério Roque 1986a «Emigração e desenvolvimento em Cabo Verde – algumas reflexões», *Economia e Socialismo*, X(69/70), 129-142.
- Amaro, Rogério Roque 1986b *Caracterização dos cabo-verdianos residentes em Portugal, a partir dos dados do recenseamento de 1981* (inédito).
- Amaro, Rogério Roque 1986c «Mercado de trabalho e franjas marginalizadas – o caso dos imigrantes cabo-verdianos», in *O comportamento dos agentes económicos e a reorientação da política económica*, II Conferência do C.I.S.E.P., vol. II. Lisboa: Instituto Superior de Economia, 355-378.
- Antunes, M. L. Martinho 1970 «Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários», *Análise Social*, 8(30-31), 299-385.
- Antunes, M. L. Martinho 1973 «A emigração portuguesa desde 1950. Dados e comentários», *GIS*, Caderno nº 7.
- Antunes, M. L. Martinho 1981 «Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português», *Análise Social*, XIX(65), 17-37.
- Arroteia, Jorge C. 1983 *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa,.
- Arroteia, Jorge C. 1986 «A emigração portuguesa: características e perspectivas recentes», *Povos e Culturas*, 1, 129-147.
- Baganha, Maria I. B. 1990 *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*. New York: Garland Publishing Inc.
- Baganha, Maria I. B. 1991 «Uma imagem desfocada? A emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração», *Análise Social*, XXVI(112/113), 277-302.
- Baganha, Maria I. B. 1991 «Portuguese Emigration: Current Characteristics and Trends». Comunicação apresentada à Cost Workshop, «Migration: Europe's Integration and the Labour Force», Lovaina.

- Baganha, Maria I. B. 1993 *Principais características e tendências da emigração portuguesa, in APS (org.), Estruturas sociais e desenvolvimento.* Lisboa: Fragmentos, vol. I, 819-835.
- Baganha, Maria I. B. 1994 «As correntes emigratórias portuguesas no século XX», *Análise Social*, XXXI(128), 959-980.
- Baganha, Maria I. B. 1996 *Immigrants Insertion in the Informal Market, Deviant Behaviour and the Insertion in the Receiving Country*, 1.º Relatório, Centro de Estudos Sociais, Coimbra (mimeo).
- Baganha, Maria I. B. 1998a «Portuguese Emigration After World War II», in A. Costa Pinto (org.), *Modern Portugal.* Palo Alto: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, 189-205.
- Baganha, Maria I. B. 1998b «Immigrant Involvement in The Informal Economy: The Portuguese Case», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24(2), 367-385.
- Baganha, Maria I. B. 1998c *Immigrants Insertion in the Informal Market, Deviant Behaviour and the Insertion in the Receiving Country*, 2.º Relatório, Centro de Estudos Sociais, Coimbra (mimeo).
- Baganha, Maria I. B.; 1997 Peixoto, João «O estudo das migrações nacionais: ponto de intersecção disciplinar», in J. M. Carvalho et al. (org.), *Entre a Economia e a Sociologia.* Oeiras: Celta, 233-39.
- Baganha, Maria I. B.; 1997 Peixoto, João «Trends in the 90's: The Portuguese Migratory Experience», in Baganha, M. I. (org.), *Immigration in Southern Europe.* Oeiras: Celta.
- Baganha, 1998 Maria Ioannis et al. *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal.* Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional UUC/Oeip.
- Baines, Dudley 1985 *Migration in a Mature Economy. Emigration and Internal Migration in England and Wales 1861-1900.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Baldw-Edwards, M.; 1994 Schain, Martin A. (org.) «Special Issue on The Politics of Immigration in Western Europe», *West-European Politics*, 17(2).
- Barosa, José P.; 1988 Pereira, Pedro T. «Economic Integration and Labour Flows: the European Single Act and its Consequences». *Working Paper* nº 123, FE-UNL, 1988.
- Bauböck, Rainer 1998 «International Migration and Liberal Democracies: The Challenge of Integration», 3rd International Metropolis Conference, Zichron Yaakov, Israel.
- Böhning, W. R. 1984 *Studies in International Labour Migration.* London: Macmillan.
- Borjas, George 1996 «The New Economics of Immigration», *The Atlantic Monthly*, 72-80.
- Branco, Jorge P. 1986 *A estrutura da comunidade portuguesa em França.* Porto, SECP.
- Brettell, Caroline 1978 *Já chorei muitas lágrimas.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Brettell, Caroline 1986 *Men Who Migrate, Women Who Wait.* Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Bruneau, 1984 Thomas et al. (org.) *Portugal in Development. Emigration, Industrialization, the European Community.* Ottawa: University of Ottawa Press.

- Bruto da Costa, A.; 1991 *Minorias étnicas pobres em Lisboa*. Lisboa: Dep. de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã.
- Pimenta, M. (org.) 1996 «Globalization, Migration and Undocumented Immigrants», *New Community*, 22(84), 619-635.
- Burgers, J.; 1991 *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa – Vale do Areeiro, um estudo de caso*, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (GES/LNEC), Lisboa.
- Engbersen, G. 1991 *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa – Vale do Areeiro, um estudo de caso*, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (GES/LNEC), Lisboa.
- CEPAC 1995a «Imigração e associação: associações africanas, outras associações e instituições ligadas à imigração na área metropolitana de Lisboa», *Cadernos Cepac*, 1.
- CEPAC 1995b «Os números da imigração africana. Os imigrantes africanos nos bairros degradados de Lisboa e Setúbal», *Cadernos Cepac*, 2.
- Chaney, Erick 1986 *Regional Emigration and Remittances in Developing Countries. The Portuguese Experience*. New York/London: Praeger.
- Cordeiro, A.; 1987 *Les Portugais de France*, in «Nouveaux comportements immigrés dans la crise», Paris: Mire, Ministère des Affaires Sociales.
- Soares, F. 1987 *Les Portugais de France*, in «Nouveaux comportements immigrés dans la crise», Paris: Mire, Ministère des Affaires Sociales.
- Cordeiro, Ana Rita 1997 «Immigrants in Portuguese Society. Some Sociographic Figures», *SOCINOVA Working Papers*, 4.
- Cortesão, Luiza 1994 «Quotidianos marginais 'desvendados' pelas crianças», *Educação, Sociedade e Culturas*, 1, 63-82.
- Cortesão, Luiza; 1993 «O conceito de educação intercultural. Interculturalismo e realidade portuguesa», *Forma*, 47, 54-61.
- Pacheco, Natércia 1911 *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, Afonso 1911 *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Craveiro, João; 1993 «Ecologia Social de um bairro degradado de Lisboa: a Quinta da Casquilha nas vésperas da mudança», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Ed. Fragmentos, vol. 2, 139-155.
- Menezes, Marlucci 1993 «Ecologia Social de um bairro degradado de Lisboa: a Quinta da Casquilha nas vésperas da mudança», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Ed. Fragmentos, vol. 2, 139-155.
- Davis, Kingsley 1974 «The Migration of Human Population», *Scientific American*, 231(3),96-105.
- D'Esposito, F. 1998 «Portuguese Settlers in Santo Domingo in the Sixteenth Century (1492-1580)», *The Journal of European Economic History*, 27(2), 315-329.
- Entzinger, H. B. 1994 «Shifting Paradigms: An Appraisal of Immigration in the Netherlands», in H. Fassmann / R. Münz (orgs.), *European Migration in the Late Twentieth Century*. Aldershot: Edward Elgar, 93-112.
- Esteves, 1991 *Portugal, país de imigração*. Lisboa: IED.
- Maria do Céu *et al.* 1976 *Origens e formas da emigração*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Ferreira, Eduardo S. 1976 *Origens e formas da emigração*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Ferreira, Eduardo S. 1984 *Reintegração dos emigrantes portugueses: integração na CE e desenvolvimento económico*. Lisboa: CEDEP/AE ISE.

- França, Luís de *et al.* (org.) 1992 *A comunidade cabo verdiana em Portugal*. Lisboa: IED.
- Freitas, Maria João 1994 *Avaliação da situação das famílias em pré-realojamento no concelho de Loures*. Lisboa: Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Freire, João 1991 «Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da construção civil», *Organizações e Trabalho*, 5-6, 147-153.
- Godinho, Vitorino Magalhães 1978 «L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32.
- Gonçalves, Albertino 1996 *Imagens e clivagens – Os residentes face aos emigrantes*. Porto: Afrontamento. 275
- Gorjão-Henriques, Miguel 1996 «Aspectos gerais dos Acordos de Schengen na perspectiva da livre circulação de pessoas na União Europeia», separata da revista *Temas de Integração*, 1, 47-95.
- Gould, J. D. 1979 «European Inter-Continental Emigration 1815-1914: Patterns and Causes», *Journal of Economic European History*, 593-679.
- Guerra, Isabel *et al.* 1992 «A comunidade cabo-verdiana em Portugal», *Cadernos IED*, 23.
- Guibentif, Pierre 1991 «A opinião pública face aos estrangeiros», in Maria do Céu Esteves *et al.*, *Portugal, país de imigração*. Lisboa IED, 63-74.
- Guibentif, Pierre 1995 *La pratique du Droit International et Communautaire de la Sécurité Sociale. Étude de Sociologie du Droit à l'exemple du Portugal*, Universidade de Genebra (diss.).
- Guibentif, Pierre, 1996 «Le Portugal face à l'immigration», *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 12(1), 121-139.
- Guibernau, M.; Rex, John 1997 *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*. Cambridge: Polity Press.
- Hjarno, Jan 1996 «Global Cities in Two Ways: A Comment on Saskia Sassen's Global City Hypothesis», *Paper Immigration*, 18.
- IAECP 1991 Instituto de Apoio à Emigração Comunidades Portuguesas, documento avulso.
- Justino, D. *et al.* 1998 «Children of Immigrants. A Situation In Flux Between Tension and Integration», *SOCINOVA, Working Papers*, 7.
- Kritz, Mary *et al.* (org.) 1983 *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movement*. New York: C.M.S..
- Kubat, Daniel (org.) 1993 *The Politics of Migration Policies. Settlement and Integration – The First World into the 1990s*. New York: Center for Migration Studies.
- Leandro, Maria Engrácia 1987 «Alimentação e relações interculturais dos emigrantes Portugueses na Região Parisiense», *Cadernos do Noroeste*, 1(1), 31-40.
- Leandro, Maria Engrácia 1995 *Familles portugaises – Projets et destins*. Paris, CIEMI, Éditions L'Harmattan.
- Leandro, Maria Engrácia 1995 *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*. CIEMI: Éditions L'Harmattan.

- Leeds, Elizabeth 1983 «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», *Análise Social*, XIX(77-78-79), 1045-1081.
- Leite, Carolina 1990 *Ironias de sempre: casas de emigrantes e discursos sobre o gosto*. Relatório de Síntese para provas de APCC, Universidade do Minho, Braga.
- Leite, Carolina 1989 «Casa de emigrantes: gosto de alguns, desgosto de muitos», *Sociedade e Território*, 8, 67-71.
- Luvumba, Felícia Marta 1997 «Minorias étnicas dos PALOPs residentes no Grande Porto (Estudo de caracterização sociográfica)», *Cadernos REAPN*.
- MacDonald, J. S.; MacDonald L. D. 1964 «Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation, and Social Networks», *Milbank Memorial Fund Quarterly*, 42, 82-97.
- Machado, Fernando Luís 1992a *Etnicidade em Portugal – Aproximação ao caso guineense*. Provas de A.P.C.C., ISCTE, Lisboa.
- Machado, Fernando Luís 1992b «Etnicidade em Portugal – contrastes e politização», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, 123-136.
- Machado, Fernando Luís 1993 «Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização», in *Emigração/Imigração em Portugal*, *Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX - XX)*. Algé: Ed. Fragmentos, 407-414.
- Machado, Fernando Luís 1994 «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, 111-134.
- Machado, Fernando Luís 1997 «Contornos e especificidades da imigração em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, 9-44.
- Machado, Fernando Luís; Perista, Heloísa 1997 «Femmes immigrées au Portugal – identités et différences», *Migrations Sociétés* (no prelo).
- Malheiros, Jorge Macaísta 1996 *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da mudança*. Lisboa: Ed. Colibri.
- Malheiros, Jorge Macaísta 1997 «Urban Restructuring, Immigration and the Generation of Marginalised Spaces in the region of Lisbon... or a Returning to Poço(s) dos Negros». Conference on Military Aspects of Security in Southern Europe: Migration, employment and labour market, Santorini, Greece.
- Marques, José Carlos Laranjo 1997 «A emigração portuguesa para a Suíça». Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Marques, M. M. et al. s.d. *Realojamento e integração social – A população do Vale de Algé perante uma operação de requalificação urbana*, vol. SOCINOVA, 1, FCSH, UNL.
- Martinello, Marco 1995 *L'Ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*. Paris: PUF.
- McNeill, William H. 1984 «Human Migration in Historical Perspective», *Population and Development Review*, 10(1), 1-18.
- McNeill, William H. 1978 «Human Migration: A Historical Overview», in William McNeill / Ruth S. Adams (org.), *Human Migration: Patterns and Policies*. Bloomington: Indiana University Press, 3-19.

- Menezes, Manuela; 1987 «Cabo-verdianos em Portugal», *Terra Solidária*, 6.
Cunha, Conceição
Pinto da
- Münz, Rainer 1996 «A Continent of Migration: European Mass Migration in the Twentieth Century», *New Community*, 22(2), 201-226.
- Murteira, Aurora; 1976 «A mão-de-obra industrial e o desenvolvimento português», *Análise Social*, XII(46), 315-362.
Branquinho, Isilda
- Murteira, Mário 1965 «Emigração e política de emprego em Portugal», *Análise Social*, III(11), 258-278.
- Murteira, Mário *et al.* 1969 *Recursos humanos em Portugal*. Lisboa: Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.
- Nunes, A. Sedas 1964 «Portugal, sociedade dualista em evolução», *Análise Social*, II(7/8), 407-462.
- Oommen, T. K. 1997 *Citizenship, Nationality and Ethnicity*. Cambridge: Polity Press.
- Paes, Isabel Sasseti 1993 «Migrações e Multiculturalidade», in *Escola e Sociedade Multicultural*. Lisboa: Ministério da Educação, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, 76-90.
- Paiva, Amadeu 1985 *Portugal e a Europa. O fim de um ciclo migratório*. Lisboa: IED- CEDEP.
- Peixoto, João 1987 «Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX - XX)*. Algés: Ed. Fragmentos.
- Peixoto, João 1993 «Migrações e mobilidade: as novas formas de emigração portuguesa a partir de 1980», in M. B. Silva *et al.* (org.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés: Ed. Fragmentos, 278-307.
- Peixoto, João 1994 «As migrações de profissionais altamente qualificados no espaço europeu: do 'brain drain' ao 'skill exchange'», *Socius Working Papers*, 1/94.
- Peixoto, João 1996a «Livre circulação e reconhecimento de diplomas – Políticas e realidades na União Europeia», *Socius Working Papers*, 6/96.
- Peixoto, João 1996b «A mobilidade de quadros nas empresas transnacionais – o caso de Portugal». Relatório de pesquisa, ISEG, Lisboa. (mimeo).
- Peixoto, João 1998 «As migrações dos Quadros Altamente Qualificados: Mobilidade e transferências intra-empresariais em Portugal e no espaço internacional. Lisboa: ISEG (diss.).
- Perista, Heloísa 1997 «Mulheres imigrantes em Portugal: um estudo de caso relativo à migração intra-comunitária», comunicação ao colóquio *As Mulheres e o Estado*, Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres.
- Petersen, W. 1958 «A General Typology of Migration», *American Sociological Review*, 23, 256-266.

- Pereira, Miriam Halpern 1993 «Liberdade e contenção na emigração portuguesa 1850-1930», in Maria Beatriz Nizza da Silva *et al.* (org.), *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Ed. Fragmentos, 9-16.
- Pereira, Miriam Halpern 1981 *A política portuguesa de emigração 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pereira, Margarida M. 1998 *O universo dos outros – Dissertação sobre a imigração guineense em Águeda*. Seminário de Licenciatura em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (não publicado).
- Pimenta, Manuel 1992 «Imigrantes e minorias étnicas pobres em Lisboa», in *Guia Anti-Racista, SOS Racismo*, Lisboa, 49-55.
- Pintado, Xavier 1967 «Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus», *Análise Social*, V(17), 57-89.
- Piore, M.J. 1979 *Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pires, Rui Pena *et al.* 1984 *Os retornados – um estudo sociográfico*. Lisboa: IED.
- Pires, Rui Pena 1993 «Immigration in Portugal: a Typology», in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Recent Migration Trends in Europe (Europe's New Architecture)*. Lisboa: Universidade Aberta/ IED, 179-194.
- Poinard, Michel 1983 «Emigrantes portugueses: o regresso», *Análise Social*, XIX(75), 29-56.
- Poinard, Michel 1983 «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», *Análise Social*, XIX(76), 261-296.
- Pyrrait, António A. 1954 «Raison et possibilités de l'émigration portugaise», in *Études Européennes de Population*. Paris: Centre Européen d'Études de Population, 233-243.
- Ribeiro, F. G. Cassola 1986 *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.
- Ribeiro, Manuela 1998 «Moving into the Frontline – Women and Emigration in Less-Favoured Areas», in Virginia Ferreira *et al.* (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta.
- Rocha, Edgar 1982 «Colónias e exportação de mão-de-obra como fontes de divisas: considerações sobre a contribuição dos emigrantes para o subdesenvolvimento económico português», *Análise Social*, XVIII(72-74), 1053-1075.
- Rocha, Edgar 1987 «*Emigração Portuguesa*». *Regulamento emigratório: do Liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuição para o seu Estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.
- Rocha, Nuno 1965 *França. A emigração dolorosa*. Lisboa: Ulisseia.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz 1973 *Immigrés Portugais: Observation psycho-sociologique d'un groupe de portugais dans la banlieue parisienne (Orsay)*. Lisboa: ISCSPU.

- Rocha-Trindade, Maria Beatriz 1988 *População escolar directa e indirectamente ligada à emigração*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz; Arroitea Jorge 1984 *Bibliografia da emigração portuguesa*, Lisboa: Instituto de Ensino Português a Distância.
- Salt, John 1987 «Contemporary Trends in Mediterranean Labour Migration Study», *International Migration*, XXV(3), 241-250.
- Salt, J.; Stein, J. 1997 «Migration as a Business: The Case of Trafficking», *IOM*, 35(4), 467-494.
- Saint-Maurice, Ana de 1993 «Cabo-verdianos residentes em Portugal - Imagens a preto e branco», in Maria Beatriz Nizza da Silva *et al.* (orgs.), *Emigração/ Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 392-406.
- Saint-Maurice Ana de 1997 *Identidades reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Sassen, Saskia 1994 *Cities in a World Economy*. London: Pine Forges Press.
- Sassen, Saskia 1996 «New Employment Regimes in Cities», *New Community*, 22, 579-595.
- Sassen, Saskia 1998 «Whose City Is It? Globalization and the Formation of New Claims», in Kristine Dösen (org.), *Proceedings from the Metropolis International Conference. Divided Cities and Strategies for Undivided Cities*. Göteborg: Göteborg University, 27-47.
- Secombe, Lawless 1985 «Some New Trends in Mediterranean Labour Migration: The Middle East Connection», *International Migration*, XXIII(1), 123-148.
- SECP 1986 *Emigração. Acordos e Convenções Internacionais*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Serrão, Joel 1970 «Conspecto histórico da emigração portuguesa», *Análise Social*, 8(32), 597-617.
- Serrão, Joel 1977 *A emigração portuguesa – sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, Manuela *et al.* 1984 *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: IED.
- Sopemi 1994 *Annual Report*, OECD (vários anos).
- Soysal, T. N. 1994 *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: The University of Chicago.
- Stahl, H-M. *et al.* 1982 *Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE, 1980-1990*. Lisboa: Moraes Editores/I.E.D.
- Straubhaar, T. 1984 «The Causes of International Labour Migration – A Demand Determined Approach», *International Migration Review*, XX(4), 835-855.
- Tilly, C.; Brown C. H. 1967 «On Uprooting, Kinship, and the Auspices of Migration», *International Journal of Comparative Sociology*, 8(2), 139-164.
- Tribalat, M. 1995 *Faire la France – une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La Découverte.
- Trigal, L. Lopez *et al.* 1995 *La migración de portugueses en España*. Leon: Universidad de Leon.

- Trigal, L. Lopez *et al.* 1996 «La migration portugaise en Espagne», *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 12(1), 109-119.
- Valagão, Maria Manuel 1989 «Práticas alimentares dos emigrantes. Mudança ou continuidade», *Sociedade e Território*, 8, 81-91.
- Werner, H. 1986 «Post-War Labour Migration in Western Europe: an Overview», *International Migration*, XXIV(3), 543-557.
- Zolberg, Aristide R. 1983 «International Migrations in Political Perspective», in M. Kritz *et al.*, *Global Trends in Migration*. New York: C.M.S., 3-27.
- Zolberg, Aristide R. 1989 «The Next Waves: Migration Theory for a Changing World», *International Migration Review*, XXIII(5), 403-429.